

# Sumário

Número de notícias: 54 | Número de veículos: 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso mantém desoneração da folha .....5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em derrota do governo, Congresso mantém desoneração da folha ..... 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração da Folha impõe derrota a Lula .....9

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso derruba veto à desoneração da folha de 17 setores econômicos .....11

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Alternativa à desoneração da folha ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo faz acordo com oposição e mantém um dos vetos ao arcabouço .....13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda faz concessões, e comissão mista aprova MP das subvenções ..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão aprova MP das Subvenções do ICMS ..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prioridade do governo, MP da subvenção avança no Congresso .....16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Vetos derrubados .....17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo fecha acordo com Lira para destravar votação de pacote econômico .....19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parlamentares proíbem excluir despesas da meta fiscal ..... 20

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda cálculo que prevê mínimo de R\$ 1.413 .....21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Portaria estabelece regras para negociações com a Fazenda Nacional .....22

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após derrubada de vetos, Câmara vai cumprir acordo para aprovar reforma tributária e MP das subvenções

.....	23
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA "As exceções colocadas na Reforma Tributária são um equívoco. Devem ser reavaliadas", diz presidente da CNI - CAPITAL S/A .....	24
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Lira e Pacheco tentam acordo por Tributária .....	26
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Lira marca votação da Reforma Tributária para esta sexta-feira .....	28
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária deve ser votada hoje, diz Lira .....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Lira diz que tributária será votada pela Câmara nesta 6ª .....	30
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma Tributária: Lira tentará votar texto na Câmara hoje; veja o que está em jogo .....	32
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma Tributária: Zona Franca de Manaus é o principal entrave para votação na Câmara; entenda .....	33
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária: entenda por que a Zona Franca de Manaus conseguiu manter seus benefícios .....	35
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Bolsa Família bloqueará repasse a CPF irregular .....	38
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES SEGURIDADE SOCIAL Orçamento maior para gerir o DF em 2024 .....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL Bancos se preocupam com nova redução de teto do consignado .....	40
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5 .....	41
JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Calendário do INSS é definido .....	43

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Peritos do INSS preparam paralisação em defesa de reajuste de 23% (Previdência)..... 44

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Em 2024, será preciso ter mais pontos para se aposentar pelo INSS. Entenda a regra e simule  
..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
SEGURIDADE SOCIAL

Supremo dá 18 meses ao Congresso para que regulamente a licença-paternidade..... 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

STF dá 18 meses para Congresso legislar sobre licença-paternidade..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

STF dá 18 meses para Congresso regulamentar licença para pais no trabalho..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Produtividade cresce 23% no 3º trimestre, na terceira alta consecutiva..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Nova globalização" é necessária, defende Haddad..... 53

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ranking busca mostrar como deputados e senadores encarecem conta de luz; veja..... 54

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara pode votar reforma tributária e MP que eleva arrecadação do governo nesta sexta  
..... 57

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que Câmara votará reforma tributária nesta sexta..... 59

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frentes parlamentares apertam o cerco contra e-commerce estrangeiro - MERCADO S/A  
..... 60

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cesta básica: mudanças essenciais e necessárias (Artigo)..... 62

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Orçamento de R\$ 61 bi para 2024..... 64

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Principal medida de Haddad para arrecadação avança..... 65

O GLOBO - RJ - RIO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cada deputado terá R\$ 2,7 milhões em emendas..... 66

Sexta-Feira, 15 de Dezembro de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

CNI vê atividade mais fraca em 2024.....67

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Embalada pelo Fed, Bolsa bate recorde.....68

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

CNI projeta crescimento de 1,7% para próximo ano.....70

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Fed mais brando dispara revisões para Selic.....71

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

BCE mantém juros e não dá sinais sobre cortes.....73

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
ECONOMIA

Bolsa bate recorde depois de otimismo sobre queda de juros.....74

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Inflação permanece menor para famílias com renda mais baixa.....75

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação é menor para baixa renda.....77

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Brasil deve ter déficit de R\$ 147 bi em 2024.....78

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

BOLSA FECHA NA MAIOR PONTUAÇÃO DA HISTÓRIA.....79

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

INDÚSTRIA PROJETA PIB DE 3% PARA ESTE ANO.....80

# Congresso mantém desoneração da folha

## **Edla Lula**

O dia foi de festa para a oposição. "Derrota acachapante" e "lavada vergonhosa" foram alguns dos comentários que se ouviam entre um abraço e outro de deputados que celebraram a derrubada de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a temas da pauta da direita. O mais comemorado foi o que impedia a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia.

Ao todo, foram apreciadas 34 matérias - entre vetos presidenciais e projetos de lei. Desse total, 15 foram vetadas, 12 mantidas e seis mantidas parcialmente.

Além da desoneração, outro projeto polêmico tratava do marco temporal das terras indígenas (leia reportagem na página 3).

No caso da prorrogação da desoneração da folha, 378 deputados votaram pela rejeição do veto integral e 78, contra.

Entre os senadores, foram 60 votos pela derrubada do veto e 13 pela manutenção.

"Era previsível que o governo sofreria essa derrota esmagadora.

Essa matéria já se consolidou.

É um dos poucos temas que unem empregadores e empregados e havia sido aprovado com ampla maioria na Câmara e no Senado. Ninguém esperava que o governo vetasse", comentou o autor do projeto, senador Efraim Filho (União-PB).

Até o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se posicionou favoravelmente à matéria, falando a jornalistas, como senador mineiro, antes da votação.

"A desoneração já é uma política existente, com alta empregabilidade, tudo o que não podemos perder num momento de desemprego no país. Estamos propondo prorrogar, considero apropriado", disse. Ele destacou que, caso o governo tenha uma proposta de solução que não prejudique o setor, deve ser feita com a desoneração prorrogada.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou que o Executivo já tinha consciência de que seria derrotado, mas

preferiu seguir com a orientação de manutenção do veto por "questão de justiça fiscal", uma vez que, pelo entendimento do governo, a lei contraria a PEC da Previdência, que proíbe a promoção de benefícios.

"O governo continua à disposição para dialogar, mas tem convicção de que essa medida não resolve o problema do emprego, traz um enorme impacto fiscal para a União e não atende a todos os setores da economia", sustentou.

A desoneração permite às empresas dos setores beneficiados pagar alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

Ao defender a rejeição ao veto, Efraim Filho salientou que o fim da desoneração traria prejuízos às empresas que mais geram empregos e que a primeira consequência seria a demissão.

Entre os setores beneficiados, estão construção civil, calçados, call center, comunicações e têxtil.

## Arcabouço e **Carf**

Por acordo entre líderes, o Congresso manteve o item do novo regime fiscal que engessava a capacidade do governo de decidir o montante a ser contingenciado nos investimentos e nas demais despesas discricionárias.

O dispositivo dizia que, na hipótese de contingenciamento, as despesas de investimentos poderiam ser reduzidas em até igual proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias (que não são obrigatórias).

"O veto relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que mais interessava a nós, foi mantido", comemorou Randolfe.

Outro dispositivo vetado por Lula no regime fiscal foi derrubado pelos parlamentares. O item recolocado pelos senadores e deputados no marco fiscal impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disponha sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário do governo.

Também por acordo, os parlamentares derrubaram os vetos à lei que altera regras sobre disputas tributárias entre o governo federal e contribuintes no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, conhecida como voto de qualidade.

Entre outras medidas, a lei diz que o governo só poderá acessar os valores dados como garantia por devedores da Fazenda após a decisão judicial transitada em julgado. Outros 20 vetos da Presidência à Lei do **Carf** foram mantidos.

"Era previsível que o governo sofreria essa derrota esmagadora.

Essa matéria já se consolidou. É um dos poucos temas que unem empregadores e empregados.

Ninguém esperava que o governo vetasse" Efraim Filho, senador (União-PB) e autor do projeto

A reação de Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou que o governo deverá acionar o Judiciário contra a prorrogação da desoneração da folha de 17 setores. O veto à medida foi derrubado pelo Congresso, em uma derrota para a equipe econômica.

Em paralelo, a Fazenda vai propor, na próxima semana, uma alternativa à política, que, segundo o ministro, não teria impactos para o Orçamento de 2024 porque será editada junto a uma medida compensatória.

Já a prorrogação da desoneração no modelo atual, como quer o Congresso, custará mais de R\$ 25 bilhões em 2024, uma renúncia que não está prevista no Orçamento.

"Vai ser um problema fechar o Orçamento com essa medida", disse o ministro a jornalistas, após retornar do Palácio do Planalto. "Essa medida viola a reforma da previdência, um dispositivo constitucional.

Então é uma questão muito delicada. Já tem o parecer da AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a inconstitucionalidade, e obviamente que o governo vai tomar as providências sem deixar de apresentar uma alternativa." Ele foi questionado se o governo avalia entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida. "Ela é inconstitucional. Venho alertando isso há meses", destacou. Ponderou, contudo, que não há ânimo da Fazenda em antagonizar em torno do assunto, mas, sim, de apresentar uma solução. "Vamos buscar o auxílio do Judiciário nesse caso, mas também apresentar para o Congresso, como anunciou o presidente (do Senado), Rodrigo Pacheco", comentou.

Haddad afirmou que Pacheco simpatizou com a alternativa que será apresentada pela equipe econômica.

"Penso que vamos conseguir construir alternativa ao que foi aprovado. Iríamos apresentar antes de apreciação do veto, mas não houve, da parte do Congresso, desejo de esperar. Queremos apresentar o quanto antes", frisou.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/15/all.pdf>**

# Em derrota do governo, Congresso mantém desoneração da folha

**Edla Lula**

+

O dia foi de festa para a oposição. Derrota acachapante e lavada vergonhosa foram alguns dos comentários que se ouviam entre um abraço e outro de deputados que celebraram a derrubada de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a temas da pauta da direita. O mais comemorado foi o que impedia a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia.

Ao todo, foram apreciadas 34 matérias - entre vetos presidenciais e projetos de lei. Desse total, 15 foram vetadas, 12 mantidas e seis mantidas parcialmente. Além da desoneração, outro projeto polêmico tratava do marco temporal das terras indígenas.

No caso da prorrogação da desoneração da folha, 378 deputados votaram pela rejeição do veto integral e 78, contra. Entre os senadores, foram 60 votos pela derrubada do veto e 13 pela manutenção.

Era previsível que o governo sofreria essa derrota esmagadora. Essa matéria já se consolidou. É um dos poucos temas que unem empregadores e empregados e havia sido aprovado com ampla maioria na Câmara e no Senado. Ninguém esperava que o governo vetasse, comentou o autor do projeto, senador Efraim Filho (União-PB).

Até o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se posicionou favoravelmente à matéria, falando a jornalistas, como senador mineiro, antes da votação. A desoneração já é uma política existente, com alta empregabilidade, tudo o que não podemos perder num momento de desemprego no país. Estamos propondo prorrogar, considero apropriado, disse. Ele destacou que, caso o governo tenha uma proposta de solução que não prejudique o setor, deve ser feita com a desoneração prorrogada.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou que o Executivo já tinha consciência de que seria derrotado, mas preferiu seguir com a orientação de manutenção do veto por questão de justiça fiscal, uma vez que, pelo entendimento do governo, a lei contraria a PEC da Previdência, que proíbe a promoção de benefícios.

O governo continua à disposição para dialogar, mas

tem convicção de que essa medida não resolve o problema do emprego, traz um enorme impacto fiscal para a União e não atende a todos os setores da economia, sustentou.

A desoneração permite às empresas dos setores beneficiados pagar alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

Ao defender a rejeição ao veto, Efraim Filho salientou que o fim da desoneração traria prejuízos às empresas que mais geram empregos e que a primeira consequência seria a demissão.

Entre os setores beneficiados, estão construção civil, calçados, call center, comunicações e têxtil.

## Arcabouço e **Carf**

Por acordo entre líderes, o Congresso manteve o item do novo regime fiscal que engessava a capacidade do governo de decidir o montante a ser contingenciado nos investimentos e nas demais despesas discricionárias.

O dispositivo dizia que, na hipótese de contingenciamento, as despesas de investimentos poderiam ser reduzidas em até igual proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias (que não são obrigatórias).

O veto relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que mais interessava a nós, foi mantido, comemorou Randolfe.

Outro dispositivo vetado por Lula no regime fiscal foi derrubado pelos parlamentares. O item recolocado pelos senadores e deputados no marco fiscal impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disponha sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário do governo.

Também por acordo, os parlamentares derrubaram os vetos à lei que altera regras sobre disputas tributárias entre o governo federal e contribuintes no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, conhecida como voto de qualidade.

Entre outras medidas, a lei diz que o governo só poderá acessar os valores dados como garantia por

devedores da Fazenda após a decisão judicial transitada em julgado. Outros 20 vetos da Presidência à Lei do **Carf** foram mantidos.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/12/6670893-em-derrota-do-governo-congresso-mantem-desoneracao-da-folha.html>**

# Desoneração da Folha impõe derrota a Lula

O Congresso Nacional derrubou, ontem, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto da desoneração da folha de pagamento. A medida vale para 17 setores da economia e se estende até 2027. A decisão do Parlamento beneficia também municípios com menos de 142 mil habitantes.

A derrota de Lula foi com ampla margem no Senado e na Câmara, e parlamentares gritaram "surra". Foram 60 votos de senadores para derrubar o veto e 13 para manter. Na Câmara, 378 deputados votaram pela derrubada e 78 pela manutenção.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a **Previdência Social** e outras contribuições.

Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação pela? lei atual o prazo termina em dezembro.

O Congresso também reestabeleceu o trecho que prevê benefícios para municípios brasileiros. O veto de Lula eliminava a redução de 20% para 8% da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) concedida às prefeituras que não têm regimes próprios de Previdência. A regra vale para cidades com até 142,6 mil habitantes.

A prorrogação da desoneração da folha para os 17 setores econômicos representa uma redução de R\$ 9,4 bilhões no pagamento de **tributos** dessas empresas.

Os setores beneficiados defendiam em manifesto que a manutenção da desoneração não somente aumentou o emprego formal como também resultou em incremento da competitividade desses setores na economia brasileira.

## Marco temporal

O Congresso também derrubou o veto do presidente Lula ao projeto de lei que institui a tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas. Houve um acordo entre governo e a bancada ruralista para que a derrubada do veto fosse parcial, com a manutenção de três vedações.

Um desses vetos foi sobre o trecho que dava aval para o contato com povos isolados para "prestar auxílio médico ou para intermediar ação estatal de utilidade pública".

Em outro ponto polêmico vetado por Lula - e mantido -, a proposta abria brecha para que terras demarcadas fossem retomadas pela União, "em razão da alteração dos traços culturais da comunidade ou por outros fatores ocasionados pelo decurso do tempo".

Também permaneceu vedado o dispositivo que permitiria a plantação de transgênicos nos territórios.

A votação foi acompanhada de protestos do movimento indígena contra o marco, do lado de fora do Congresso. A ministra dos povos indígenas, Sonia Guajajara, discursou criticando a medida e depois foi ao plenário acompanhar a sessão.

Os trechos que tiveram seus vetos derrubados são reencaminhados para a Presidência. O marco temporal foi aprovado pelo Congresso em uma reação direta do Legislativo ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Atese do marco temporal é defendida pela bancada ruralista e determina que devem ser demarcados os territórios considerando a ocupação indígena em 1988, na data da promulgação da Constituição. Indígenas, ONGs e ativistas criticam a tese. Para eles, o direito dos indígenas às terras é anterior ao Estado brasileiro e, portanto, não pode estar restrito a um ponto temporal.

Em setembro, o Supremo decidiu contra a tese do marco temporal. Em reação, o Congresso aprovou o projeto que criou oficialmente o marco. Foi esse ponto que foi vetado por Lula, e agora foi derrubado pelo Legislativo. A expectativa é que o tema retorne ao STF, para que ele decida qual regra valerá.

## ACORDO POR ARCABOUCO

O governo Lula aceitou a derrubada de um veto ao arcabouço fiscal após acordo com lideranças do Congresso. O objetivo do acordo é destravar o restante da agenda econômica. Com isso, deixa de valer o veto do presidente a um trecho que, na prática, permitiria o bloqueio de emendas de comissões, que devem somar R\$ 11 bilhões no próximo ano. O governo também conseguiu apoio para manter o veto de Lula ao arcabouço fiscal que permite a exclusão de

despesas da meta de resultado primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/12/2023/p1>**

# Congresso derruba veto à desoneração da folha de 17 setores econômicos

Em sessão conjunta do Congresso Nacional nesta quinta-feira (14), senadores e deputados federais derrubaram o veto presidencial ao projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores econômicos e de pequenos municípios até 2027. No Senado, foram 60 votos pela derrubada do veto contra 13 contrários. Na Câmara, foram 378 votos pela derrubada do veto e 78 pela manutenção do veto presidencial.

Ao vetar a medida, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva argumentou que a desoneração reduz a contribuição para a **Previdência Social**, sendo inconstitucional por não demonstrar o impacto financeiro orçamentário, nem indicar a compensação dessas perdas. Implementada em 2011 como medida temporária, a política de desoneração da folha vem sendo prorrogada desde então.

O Ministério da Fazenda vinha defendendo que a desoneração fosse discutida junto com a **reforma tributária** sobre a renda, a ser discutida em 2024. O governo também prometeu apresentar uma proposta alternativa à desoneração.

A derrubada do veto foi defendida pelo presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que afirmou que a medida pode evitar a demissão dentro dos setores beneficiados. Além disso, ele defendeu que as alternativas à desoneração devem ser apresentadas com a medida em vigor.

"Que os eventuais aprimoramentos a respeito desse tema se deem com a desoneração mantida para que haja previsibilidade. Há 17 setores que se programaram", justificou.

O deputado federal Lind-bergh Farias (PT-RJ) criticou a derrubada do veto. Para ele, o Congresso poderia discutir uma alternativa à desoneração. "Pautar a desoneração no dia de hoje desse jeito é uma provocação ao governo. É querer impor uma derrota ao governo. Não tinha necessidade. O Ministro Haddad queria negociar uma transição [à desoneração]", lamentou.

Entenda - Aprovado pelo Congresso em outubro, o projeto prorroga até 2027 a contribuição para a **Previdência Social** de setores intensivos em mão de obra entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta. Até 2011,

esses setores contribuíam com 20% da folha de pagamento para a **Previdência Social**.

Os 17 setores beneficiados com a desoneração da folha são confecção e vestuário; calçados; construção civil; call center; comunicação; empresas de construção e obras de infraestrutura; couro; fabricação de veículos e carroçarias; máquinas e equipamentos; proteína animal; têxtil; tecnologia da informação (TI); tecnologia de comunicação (TIC); projeto de circuitos integrados; transporte metroferroviário de passageiros; transporte rodoviário coletivo; e transporte rodoviário de cargas.

# Alternativa à desoneração da folha

A proposta alternativa do governo à desoneração da folha de pagamento teve a apresentação adiada para a próxima semana, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ele disse que a proposta - que pode sair via medida provisória ou projeto de lei - depende de cálculos que estão sendo concluídos.

Ontem, Haddad teve uma reunião fora da agenda no Palácio do Planalto logo após a derrubada do veto do presidente Lula ao projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamentos até 2027.

"Nós íamos apresentar [a proposta do governo] antes da apreciação do veto, mas não houve vontade do Congresso, desejo de esperar. A solução para colocar no Orçamento vamos apresentar semana que vem. Queremos apresentar o quanto antes, as equipes estão trabalhando nos cálculos há algum tempo, desde que o presidente [Lula] validou em Dubai. Nossa ideia é que, na semana que vem, a gente encaminhe para o Congresso uma solução", disse Haddad.

## Medida compensatória

Diferentemente da lei que teve o veto derrubado pelo Congresso ontem, a proposta do governo, informou Haddad, não terá impacto no Orçamento de 2024. Isso porque eventuais desonerações que reduzam a arrecadação da **Previdência Social** serão compensadas com medidas para elevar as receitas do governo.

"Não haverá impacto porque a solução será encaminhada junto com medida compensatória. A ideia é não mexer no Orçamento.

Justamente para garantir o equilíbrio e os programas sociais. Não posso antecipar porque estamos fazendo os cálculos", explicou.

Haddad informou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, está a par da proposta alternativa e empenhado em garantir a aprovação. "Ele [Pacheco] está familiarizado com a solução que vamos apresentar. Achou simpática a solução. Penso que vamos conseguir construir uma alternativa ao que foi aprovado", comentou.

O ministro confirmou que o governo pretende, se necessário, questionar no Supremo Tribunal Federal a

constitucionalidade da desoneração da folha. No entanto, disse que o governo não quer confronto com o Congresso e busca construir uma solução alternativa.

**Site:** <https://www.folhape.com.br/educacao-imprensa/2609/15-12-2023/>

# Governo faz acordo com oposição e mantém um dos vetos ao arcabouço

**BIANCA LIMA IANDER PORCELLA GIORDANNA NEVES  
MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

Em meio a sucessivas derrotas no Congresso Nacional, que derrubou os vetos à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos e do marco temporal, o governo conseguiu costurar ontem um acordo com a oposição para manter ao menos um dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a um dispositivo da lei do arcabouço fiscal - a nova regra para controle das contas públicas.

Foi preservado o veto ao trecho da lei que "engessava" o Executivo na hora de contingenciar (bloquear de forma preventiva) despesas do Orçamento.

O trecho vetado previa que, em caso de bloqueio, os gastos com investimentos não poderiam ser mais atingidos do que as demais despesas discricionárias (não obrigatórias).

O dispositivo estabelecia um contingenciamento proporcional, o qual, segundo técnicos, tiraria a flexibilidade do Executivo e poderia comprometer despesas básicas de custeio, como contas de água e luz.

Ao manter o veto à regra do contingenciamento, o governo conseguiu convencer os parlamentares de que a medida poderia paralisar a máquina pública.

Por outro lado, foi derrubado o veto ao trecho que impedia o governo de retirar despesas do cálculo da meta fiscal.

Ou seja, com a derrubada fica valendo essa proibição. A avaliação é de que o Executivo poderia usar essa brecha para retirar o PAC dos limites fiscais, o que facilitaria o cumprimento da meta, blindaria obras e reduziria a necessidade do Planalto de negociar com Câmara e Senado.

"É uma ajuda que nós damos ao governo. Porque alguém orientou mal o presidente da República e, dessa forma, iria permitir o que chamamos de contabilidade criativa. E foi justamente essa contabilidade criativa que permitiu o impeachment da ex-presidente Dilma (Rousseff)", afirmou o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN).

**CARF.** O acordo sobre o arcabouço foi costurado juntamente com os vetos presidenciais ao projeto que restabeleceu o chamado voto de qualidade nas decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - espécie de tribunal que julga conflitos tributários. Com a derrubada desses vetos, o Congresso restabeleceu a regra de que as empresas apresentem garantias apenas depois da decisão final dos processos (do trânsito em julgado), que era um dos principais pleitos das grandes empresas.

Outro ponto que teve o veto presidencial derrubado prevê o cancelamento de qualquer valor de multa que tenha ultrapassado 100% do montante do crédito tributário apurado, inscrito ou não em dívida ativa da União, mesmo que esteja em programas de parcelamento de dívidas.

Se o contribuinte já pagou, poderá receber a devolução por meio de precatório judicial.

"É uma ajuda que nós damos ao governo, pois esse veto permitiria o que chamamos de contabilidade criativa, a mesma que permitiu o impeachment da ex-presidente Dilma" Rogério Marinho (PL-RN) Líder da oposição no Senado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Fazenda faz concessões, e comissão mista aprova MP das subvenções

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**

Comissão mista do Congresso aprovou nessa quinta-feira, por 17 votos a 8, a medida provisória (MP) das subvenções a investimentos, que muda as regras sobre os créditos fiscais para a implantação ou a expansão de empreendimentos econômicos. A proposta é a principal do ajuste fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O texto seguiu para o plenário da Câmara.

A versão aprovada do projeto teve algumas mudanças em relação ao texto da Fazenda, mas a posição do governo prevaleceu na maioria das questões, apesar dos protestos das empresas.

A maior concessão feita pelo governo aos parlamentares foi permitir a inclusão de um desconto de até 80% no passivo para as empresas que aceitarem abrir mão de ações judiciais e aderirem a uma transação tributária, pagando o imposto devido em até 12 vezes. Outras opções são pagar num prazo maior com desconto de 50% a 35%.

Por outro lado, o governo conseguiu incluir na MP uma mudança nos juros sobre Capital Próprio (JCP), mecanismo utilizado pelas grandes empresas para remunerar seus acionistas pagando menos **impostos**. O texto ficou longe do que era pleiteado pela Fazenda, mas ajudará a diminuir o que a equipe econômica chamava de "planejamento tributário abusivo".

Também conseguiu fazer com que apenas gastos com investimentos possam ser utilizados pelas empresas para diminuir a base de cálculo do imposto de renda. Desde 2017, as subvenções estaduais permitiam abater até despesas com custeio, mas uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vedou isso. O governo editou a MP para tentar antecipar a regulamentação e não precisar aguardar o julgamento dos recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O acordo com os partidos para aprovação envolveu a liberação de dinheiro para as bases eleitorais dos parlamentares, nomeação de cargos no Executivo e derrubada de vetos a projetos importantes para o setor produtivo na MP do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Também houve mudanças no conteúdo da MP.

Além do tratamento diferenciado para o estoque, o relator da MP, deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG), mudou questões relativas à forma como os créditos tributários serão concedidos pelo governo federal. Estabeleceu um prazo para que a Receita avalie os pedidos e reduziu à metade o tempo que a União terá para ressarcir as empresas em dinheiro.

Ele resolveu também outra reclamação dos empresários de que a MP só permitia a obtenção do crédito fiscal após a conclusão da implantação ou expansão do empreendimento econômico. Hoje, esse benefício ocorre no momento de execução da obra/investimento. Para Faria, a exigência "adiaria de forma considerável o aproveitamento do benefício pelas empresas, com repercussões relevantes sobre seu fluxo de caixa" e por isso foi excluída.

Pelo relatório, as subvenções estaduais para investimentos também poderão ser utilizadas por empresas do ramo do comércio e serviços. Faria disse que não recebeu novas estimativas do governo sobre o impacto fiscal da proposta, mas que acredita que a arrecadação continuará nos R\$ 35 bilhões previstos originalmente pelo Ministério da Fazenda.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/>

# Comissão aprova MP das Subvenções do ICMS

**Evandro Éboli**

A Comissão Mista do Congresso aprovou, ontem, a medida provisória que regulamenta a isenção tributária envolvendo o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O texto permite a tributação, com **impostos** federais, das subvenções concedidas pelos estados às empresas.

Essa proposta é a grande aposta do governo das votações no Congresso, neste fim de ano, que impactam na arrecadação. O texto, do relator Luiz Fernando Faria (PSD- NG), foi aprovado por 17 a 8 e segue agora para apreciação na Câmara e no Senado, que deve ocorrer na semana que vem.

O governo estima arrecadar cerca de R\$ 35 bilhões com essa receita em 2024. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se empenhou muito para a aprovação da MP. Foi uma longa negociação do Executivo com o Congresso. O debate fez adiar várias vezes a votação do relatório na comissão.

A aprovação do projeto fez parte de um acordo que condicionou o compromisso do Palácio do Planalto de não reter emendas parlamentares. O parecer de Faria mantém grande parte da versão original da MP, mas estende os benefícios para investimentos no comércio.

Para o especialista Pedro Merheb, a comissão reduziu a expectativa da receita pela metade, de R\$ 70 bilhões para R\$ 35 bilhões. "O relator apresentou um projeto que não satisfaz a fome do Ministério da Fazenda na proporção desejada quando da edição da MP, mas amadurece o texto inicial com a inclusão da transação tributária e a extensão dos benefícios propostos aos investimentos de comércio e serviços. Mesmo com as mudanças apresentadas, o horizonte da receita segue bastante promissor", afirmou o especialista, consultor-chefe da Merheb Consultores.

A reunião da comissão especial ocorreu concomitantemente à sessão do Congresso, o que é vedado. Mas para viabilizar as sessões ao mesmo tempo, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-NG), decidiu que a votação dos vetos se daria numa sessão extraordinária, o que permitiu a aprovação da MP.

O relator manteve um dos pontos mais do parecer,

que é a retroatividade da cobrança do imposto devido pelas empresas. No texto, foi incluído ainda dispositivo que mudou a lei sobre a tributação dos chamados fundos exclusivos e das offshores, usados por super-ricos.

Deputado com histórico de atuação no tema da **reforma tributária**, Luiz Carlos Hauly (Podemos -PR) acredita que a MP vai provocar judicialização. Na avaliação dele, a regra de tributação de incentivos fiscais que se pretende alterar é de competência dos estados.

"A renúncia fiscal é dos estados, não há nenhuma renúncia fiscal até aqui do governo federal, o que existe é uma vontade antiga do governo de querer tributar algo que não é tributável", frisou.

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/15/all.pdf>

# Prioridade do governo, MP da subvenção avança no Congresso

**GABRIEL HIRABAHASI BRASÍLIA / COLABORARAM  
FERNANDA TRISOTTO e AMANDA PUPO**

Comissão mista do Congresso aprovou ontem, por 17 votos a 8, relatório do deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG) para a medida provisória da subvenção do ICMS. A expectativa é de que o texto seja votado hoje no plenário da Câmara. Se for aprovado, segue para o Senado. Uma das principais apostas da equipe econômica para aumentar a arrecadação em 2024, a MP fecha brechas para que grandes empresas descontem o valor de incentivos fiscais concedidos pelos Estados do total de **impostos** federais que precisam pagar ao Tesouro.

A votação foi possível após longa negociação do governo com o Congresso. O governo aceitou blindar as emendas de comissão de contingenciamentos em 2024 para destravar projetos pendentes no Congresso.

Na prática, a blindagem tira ainda mais poder do Executivo sobre o Orçamento.

Além de pôr fim à possibilidade de não tributar as receitas de subvenção para custeio, o relator determinou que todos os benefícios fiscais sejam tributados.

Apenas a subvenção para investimento gerará crédito fiscal de Imposto de Renda.

O relator manteve no texto a previsão de que o crédito fiscal fique restrito a 25% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ).

Faria fixou ainda um prazo de 30 dias para que a **Receita Federal** habilite a empresa a receber o crédito e reduziu de 48 para 24 meses o período para restituição dos valores.

O relator também determinou que o pedido de ressarcimento e a declaração de compensação sejam recebidos após o reconhecimento das receitas de subvenção, e não mais a partir do ano-calendário seguinte.

O deputado previu um desconto de 80%, em 12 parcelas, nas transações envolvendo o estoque de créditos que já foram abatidos pelas empresas.

Inicialmente, a Fazenda havia proposto um percentual de 65%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as alterações feitas na MP não mudam a expectativa de arrecadação para o próximo ano, de R\$ 35 bilhões. Além disso, ele disse que a estimativa de arrecadar R\$ 10 bilhões, antes atrelada ao fim da dedutibilidade dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), está mantida e será compensada com medidas administrativas, não detalhadas, ainda este ano.

"A MP está bem ajustada.

Acredito que vamos conseguir reduzir os abusos. Tivemos apoio do STJ na disputa com quem estava burlando a lei.

Tem um passivo de R\$ 90 bilhões que está sendo trabalhado na MP com um desconto ultrageneroso, para passar a limpo e seguir a vida."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Vetos derrubados

**GABRIEL SABÓIAE DIMITRIUS DANTAS**  
*politica@oglobo.coni.br BRASÍLIA*

O Congresso impôs ontem uma nova derrota ao governo e derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que cria um marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A rejeição à decisão do Executivo foi tomada com amplo apoio de partidos da base e teve até voto de um ministro, Carlos Fávaro (Agricultura), que retomou temporariamente o mandato de senador para participar de votações. O resultado é mais um capítulo de um ano turbulento na relação com o Parlamento, em que o Palácio do Planalto sofreu outro revés ontem, com a extensão da desoneração da folha de pagamento de 17 setores até 2027.

Entre os deputados, houve 321 votos a favor da derrubada do veto do marco temporal e 137 contra. No Senado, o placar foi de 53 a 19 pela rejeição. Estabelecer a data de promulgação da Constituição de 1988 como linha de corte para a demarcação de terras indígenas é uma tese que já foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que vai gerar um novo desdobramento jurídico. Ontem, PT e PSOL anunciaram que vão acionar a Corte pedindo que a lei seja declarada inválida, e o Ministério dos Povos Indígenas informou que vai solicitar à Advocacia-Geral da União (AGU) que também ingresse com uma ação. Ao vetar a norma, Lula afirmou que havia "vício de inconstitucionalidade" e que a iniciativa "usurpava direitos originários".

-É uma decisão que vai na contramão de acordos climáticos firmados pelo governo Lula, é contra a nossa política ambiental e deixa os povos indígenas em situação de total vulnerabilidade. Vamos lutar até o fim -disse a ministra Sonia Guajajara (Povos Indígenas).

## BASE SE UNE À OPOSIÇÃO

Defensores do marco temporal, por outro lado, afirmam que estipular uma data cria segurança jurídica e citam o risco de que, sem a norma, propriedades privadas estabelecidas sejam perdidas. A bancada ruralista trabalha inclusive com a hipótese de aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o marco temporal, caso o STF decida que a lei aprovada fere o texto constitucional. A aprovação do texto no Senado, no fim de setembro, ocorreu de maneira simultânea ao julgamento na Corte, o que gerou fricções entre os Poderes.

O Congresso também derrubou o veto ao dispositivo que abre brecha para o garimpo, expansão de malha viária e instalação de equipamentos militares, sem consulta às comunidades tradicionais ou ao órgão responsável. Outros itens do texto tiveram o veto mantido, como a permissão para o plantio de transgênicos em terras indígenas; a flexibilização para o contato com povos isolados; e a possibilidade de reapropriação de terras demarcadas pela União, no caso de descaracterização cultural. Houve protestos durante a votação, e a Polícia Legislativa reforçou o efetivo.

A sessão foi marcada por divergências até mesmo entre deputadas indígenas. Silvia Waiãpi (PL-AP) opinou pela derrubada do veto.

-O Brasil não pode ser refém de uma ideologia. O Congresso já deliberou sobre este tema, é uma decisão do Parlamento e não podemos aturar intromissões. Os povos originários querem respeito.

Já a governista Célia Xakriabá (PSOL-MG) foi na direção oposta: -Estão tentando apagar a nossa memória, as tradições e retirar as terras. O veto traz segurança aos povos originários.

Segundo o levantamento feito pelo GLOBO, na Câmara, os partidos de Centrão e do centro com cargos na Esplanada dos Ministérios deram apenas 24 votos para o governo e 183 contrários. Essa conta leva em consideração União Brasil, Republicanos, PSD, PP e MDB. Somadas, estas siglas ocupam 11 das 38 pastas de Lula.

Já no Senado, União, Republicanos e PP foram unânimes na derrubada do veto.

B e PSD, entretanto, sediam. No MDB, quatro mentares votaram pela não, e três foram contra.

Já no PSD, houve oito votos contra e cinco a favor -um deles foi o de Fávaro, que voltou provisoriamente ao Senado. Por sua relação com o agronegócio, ele já havia afirmado a interlocutores sobre a sua posição. O ministro Renan Filho (Transportes), do MDB, se posicionou pela manutenção do veto.

Esta foi mais uma derrota do governo no Congresso nesta semana. Anteontem, três dias após o governo retirar a urgência do projeto de lei que traça as diretrizes do Novo Ensino Médio, em uma tentativa de

empurrar os debates e a votação sobre o tema para 2024, a Câmara aprovou um novo requerimento de urgência, pautado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PL-AL), com objetivo de fazer com que a matéria seja votada ainda neste ano. O governo é contra as mudanças feitas pelo relator, e a expectativa é a iniciativa ir a plenário na semana que vem.

Em outubro, o Senado rejeitou a indicação de Lula para a chefia da Defensoria Pública da União (DPU). O defensor Igor Roque sofreu forte pressão da ala conservadora do Senado, que o associou à organização de um seminário sobre o aborto na Defensoria. Lula precisou enviar um novo nome, que foi aprovado.

No primeiro semestre, o governo tentou fazer mudanças via decreto no marco do saneamento, mas o Congresso reverteu as alterações. A aprovação da Medida Provisória que reestruturou os ministérios ocorreu no limite do prazo, com risco de que voltasse a vigorar a estrutura deixada pela gestão de Jair Bolsonaro. Mesmo com o aval, houve derrotas, como o esvaziamento do Ministério do Meio Ambiente, de Marina Silva.

#### HADDAD TEM VITÓRIAS

Por outro lado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conseguiu implementar parte de sua agenda, com medidas de reestruturação fiscal e de arrecadação. O novo arcabouço fiscal substituiu o teto de gastos, e um veto derrubado pelo Congresso ontem não altera o cerne do projeto: a proibição de a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada ano excluir despesas do cálculo da meta fiscal. Lula tinha barrado o item com o objetivo de ter mais espaço para investimentos. Também foi aprovada a volta do voto de desempate a favor da União no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - ontem, um veto de Lula ao texto também foi rejeitado, mas sem alterar o ponto principal. Houve ainda a aprovação da **Reforma Tributária**, que pode ter a última fase de votação hoje na Câmara.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governo fecha acordo com Lira para destravar votação de pacote econômico

*Renan Tmffi e Fabio Murakawa*

O governo Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu fechar um acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para destravar a aprovação de seu "pacote econômico" neste fim de ano. Como parte da negociação, no entanto, a gestão petista terá de fazer novas concessões na questão das emendas parlamentares.

O Palácio do Planalto aceitou o pacto sob receio de que Lira pudesse impedir, por exemplo, a aprovação da medida provisória (MP) da subvenção a investimentos, matéria que é um dos principais itens do pacote econômico e considerada crucial para que o Ministério da Fazenda consiga cumprir o déficit zero no Orçamento de 2024.

O compromisso avançou na quarta-feira à noite, após reunião entre os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Ficou acertado, na ocasião, que o governo vai permitir que as chamadas emendas de comissão (conhecidas como RP8) não sejam contingenciadas indiscriminadamente.

Isso porque, pelas regras atuais, as RP8 podem ser contingenciadas livremente, ao contrário das emendas individuais e de bancada, que são impositivas e cujo bloqueio precisa seguir, no máximo, o mesmo percentual delimitado para o contingenciamento do Orçamento em si.

Ou seja, se, hipoteticamente, o governo decidir controlar as despesas em até 5% do Orçamento, o corte nas emendas individuais e de bancada também precisa ter este valor como teto. Já o corte das tais emendas de comissão não precisa obedecer a essa mesma regra.

Como a Câmara dos Deputados vem trabalhando nos bastidores para "turbinar" as RP8, Lira pediu ao presidente Lula, durante um almoço no Palácio do Planalto, que o governo preserve um artigo do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2024, aprovada na quarta-feira em comissão, que confere às emendas de comissão o mesmo tratamento dado às emendas impositivas, como as individuais. A razão é que, até então, a gestão petista vinha sinalizando que poderia vetar esse item da LDO.

Com isso, se de fato houver contingenciamento das contas públicas, as emendas de comissão também estarão preservadas de um corte severo nas despesas do governo. Na prática, isso irá garantir aproximadamente R\$ 11,3 bilhões a mais em emendas para os parlamentares, já que este é o valor reservado às emendas de comissão no Orçamento.

De acordo com interlocutores, após Lira, fazer esse pedido, Haddad e Padilha teriam apresentado uma contraproposta: que o acordo não envolvesse apenas a aprovação da MP 1185, mas, sim, todo o "pacote econômico", o que inclui a LDO como um todo, a **reforma tributária**, o projeto que regulamenta as apostas esportivas, conhecidas como "bets", e ainda a proposta que cria uma bolsa-auxílio para o ensino médio. O acordo, então, foi selado. A votação da reforma, no entanto, ainda segue travada por falta de acordo em relação à Zona Franca de Manaus.

Agora a LDO precisa ser aprovada também em plenário, o que está previsto para acontecer apenas na semana que vem, e o governo, como parte desse arranjo, promete não barrar o artigo que coloca as emendas de comissão em outro patamar do ponto de vista orçamentário.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/>

# Parlamentares proíbem excluir despesas da meta fiscal

(Victoria Abel)

O Congresso também derrubou ontem o veto do presidente Lula a um dos trechos do arcabouço fiscal, o conjunto de regras para o crescimento de gasto federal que entrou em vigor em agosto. O artigo que voltou a ser válido proíbe que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada ano exclua despesas do cálculo da meta fiscal.

A LDO é a lei anual que define as regras para a elaboração do Orçamento, além de estabelecer a meta fiscal. Em alguns anos, o governo tirou da meta algumas despesas, como forma de blindá-las de cortes.

Além disso, ao tirar gastos da meta, fica mais fácil cumprir esse alvo. Um artigo do arcabouço fiscal proibia esse tipo de prática, mas foi vetado pelo presidente Lula. Agora, o veto foi derrubado.

O arcabouço fiscal teve grande aceitação dos parlamentares, que fizeram modificações na proposta original do Executivo e se colocam como coautores do projeto. O relator da proposta, Cláudio Cajado (PP-BA), defendeu a rejeição do veto em nome da responsabilidade fiscal: - Peço para mantermos o espírito do arcabouço, de manter as contas públicas com responsabilidade fiscal. Se não tiver dinheiro, não adianta querer endividar, porque isso vai prejudicar e trazer de volta a inflação e o aumento da Taxa Selic.

## EXECUÇÃO DE GARANTIAS

Em outra votação, os parlamentares também derrubaram vetos ao projeto que altera as regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - órgão administrativo de recursos contra decisões da Receita. Os deputados e senadores retomaram a validade do artigo que permite a execução de garantias financeiras pelo governo aos contribuintes apenas após a finalização de processos judiciais.

A mudança permite que o pagamento de dívidas seja feito apenas após trânsito em julgado, caso o contribuinte recorra do resultado à Justiça. Para isso, a empresa terá de dar garantias de pagamento, como seguros ou fiadores.

Também foi derrubado o veto a um artigo que proíbe que multas pelo não pagamento de **impostos** ultrapassem 100% do crédito tributário.

Outro veto derrubado pelos parlamentares foi no chamado Marco das Garantias, lei que visa melhorar a oferta de crédito no país. Voltou a valer o trecho que facilita busca e apreensão de automóveis de devedores inadimplentes com o financiamento do veículo. O texto diz que, caso o bem do devedor não tenha sido entregue ou disponibilizado voluntariamente no prazo legal, o credor poderá pedir ao cartório busca e apreensão extrajudicial. Cartórios poderão firmar acordos com órgãos de trânsito para facilitar as providências.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Entenda cálculo que prevê mínimo de R\$ 1.413

O valor do salário mínimo, atualmente em R\$ 1.320, deverá ser reajustado para ao menos R\$ 1.413 em 2024. O cálculo, que representa uma alta mínima de R\$ 92 na remuneração, foi feito pelo economista Tiago Sbardelotto, da corretora XP Investimentos. O especialista considerou os índices de **inflação** medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses e o crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores.

"Considerando que tivemos uma revisão do crescimento de 2022 (3%) e a **inflação** (3,85%), o cálculo do salário mínimo do ano que vem chegaria no resultado de R\$ 1.413", explicou Sbardelotto.

A fórmula explicada pelo economista foi adotada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em agosto deste ano. A ideia do governo é que o novo valor do salário mínimo será atualizado para os pagamentos a partir de 1º de fevereiro de 2024.

O reajuste calculado por Sbardelotto, contudo, resultou em um valor menor do que o estipulado pelo governo. No projeto do executivo enviado ao parlamento no começo do segundo semestre deste ano, o mínimo previsto para 2024 seria R\$ 1.421. Até o momento, os ministérios da Fazenda e do Planejamento não se manifestaram sobre manter ou atualizar o valor do salário mínimo estipulado antes.

## INDEFINIÇÃO

Embora haja indefinição a respeito do valor da remuneração mínima de 2024, o economista Thiago Sbardelotto acredita que o governo manterá o valor de R\$ 1.421 e não atualizará o mínimo para R\$ 1.413, conforme os cálculos atuais.

"Essa atualização do salário mínimo (para R\$ 1.413) não deve ocorrer porque existe a possibilidade de o governo manter o reajuste em R\$ 1.421 conforme está previsto no orçamento e eventualmente compensar essa diferença no ano que vem)", opinou Thiago Sbardelotto.

Essa compensação, segundo ele, poderia ser feita no projeto de reajuste do salário mínimo de 2025.

O valor do salário mínimo é utilizado como base para

os benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), incluindo o Benefício de Prestação Continuada (**BPC**) a idosos acima de 65 anos de idade de baixa renda e pessoas com deficiência de qualquer idade. (Correio Braziliense)

### Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2023/12/entenda-calculo-que-preve-minimo-de-r-1-413.html>

# Portaria estabelece regras para negociações com a Fazenda Nacional

*Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon De Brasília*

O governo publicou ontem, no Diário Oficial da União, portaria que estabelece as diretrizes para as transações tributárias de grande e pequeno valor, envolvendo a **Receita Federal** e a Pro-curatoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Ao todo, a União prevê arrecadar até R\$ 43 bilhões com essas negociações em 2024, segundo a proposta orçamentária do ano que vem.

Nos casos de grande valor, chamados de "contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica", os descontos que podem ser oferecidos pela Receita e PGFN são de até 65% sobre o valor total da dívida, incluindo o montante principal, com prazo máximo para quitação de 120 meses. Para pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte, os descontos podem chegar a 70%, com prazo de quitação até 145 meses.

Já nos casos de pequeno valor, a portaria prevê a possibilidade de os editais estabelecerem descontos de até 50% sobre o valor total da dívida, incluindo o montante principal, com prazo para pagamento de até 60 meses. O desconto máximo de 50% é restrito às situações em que o prazo para quitação do débito seja igual ou inferior a 12 meses.

A norma também define o que é uma controvérsia jurídica relevante e disseminada. Entre os critérios, impacto superior ou igual a R\$ 1 bilhão, considerando a totalidade dos processos judiciais e administrativos pendentes conhecidos; decisões divergentes entre as turmas ordinárias e a Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**; ou sentenças, ou acórdãos de mérito divergentes no âmbito do contencioso judicial.

A portaria trata, ainda, de questões como suspensão de processos administrativos fiscais, a exigibilidade dos créditos tributários e a extinção dos débitos transacionados. Existem vedações específicas para certos tipos de transações e condições em que a transação pode ser rescindida, como descumprimento das condições ou fraude.

A medida é um ato preparatório necessário para o lançamento dos editais de transação de grandes teses, uma das apostas do Ministério da Fazenda para

aumentar a arrecadação em 2024. A primeira será referente aos lucros obtidos no exterior por empresas domiciliadas no Brasil. A expectativa é que esse edital saia ainda neste ano.

A transação tributária é um acordo celebrado pelo contribuinte com a Receita ou a PGFN para encerrar um litígio tributário. No caso, os dois lados têm que fazer concessões. O objetivo é reduzir contenciosos e custos e incentivar a autorregulização fiscal.

A transação é formalizada por meio de editais, que especificam critérios e procedimentos de adesão. As modalidades de transação podem incluir descontos e prazos de pagamento especiais, com limites e condições variáveis conforme o tipo de disputa tributária. A portaria de ontem estabelece, entre outras coisas, quais são as condições máximas desses editais.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187741>

# Após derrubada de vetos, Câmara vai cumprir acordo para aprovar reforma tributária e MP das subvenções

**Por Valdo Cruz**

Os vetos presidenciais foram derrubados, como queriam os líderes partidários, e agora, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os deputados prometem cumprir a sua parte no acordo: aprovar a MP 1185 - das subvenções estaduais - e a **reforma tributária**.

Uma sessão para analisar esses temas foi convocada para a manhã desta sexta-feira (15). A MP, considerada a mais importante por Fernando Haddad para o ano que vem, já foi até aprovada na comissão mista e deve ser votada no plenário da Câmara até o fim do dia.

Apesar das divergências, os deputados também querem votar a **reforma tributária** ainda nesta sexta, em um formato que permita sua promulgação na próxima semana.

Esse é o desejo de Arthur Lira e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas há ainda pontos de divergências entre as duas casas em relação a benefícios concedidos no Senado à Zona Franca de Manaus.

Os deputados querem derrubar. Parte do Senado resiste. Mas a promessa é votar esses temas até o fim do ano, na semana que vem.

O Congresso Nacional derrubou o veto ao trecho do novo marco fiscal que proibia o governo de retirar despesas do cálculo da meta fiscal, e agradeceu o mercado financeiro.

O veto fragilizava o novo arcabouço. A avaliação é que a derrubada fecha uma das portas que o PT queria abrir para aumentar gastos e dificultar o cumprimento das metas fiscais. Por acordo, foi aceita uma exceção, de retirar R\$ 5 bilhões dos programas das estatais dos cálculos da meta fiscal.

Por outro lado, foi mantido um veto, que também foi comemorado pelo mercado: o que limitava as possibilidades de bloqueio de verbas de investimentos.

Deputados e senadores queriam mantê-lo, para que o bloqueio não recaia sobre as suas emendas, consideradas investimentos, mas o governo trabalhou para evitar a derrubada do veto e ganhou a votação.

O Congresso Nacional, como esperado, derrubou também o veto do presidente Lula ao projeto do marco temporal, que define a data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, como prazo final para demarcação de terras indígenas reivindicadas até aquela data.

Mas, na prática, fica tudo quase no mesmo. É certo que algum partido ou entidade irá recorrer e o Supremo Tribunal Federal (STF) irá derrubar a lei, porque já declarou o marco temporal ilegal.

Com isso, vai prevalecer o julgamento do STF sobre o tema, que define que não há marco temporal, mas que o governo federal precisa indenizar o proprietário não só pelas benfeitorias, mas também pelo valor da terra, quando fica provado que não houve má-fé na compra do imóvel.

Como o governo não tem verba em caixa para bancar essas desapropriações, as demarcações de terras indígenas só serão feitas nos casos em que realmente há irregularidade e que são emblemáticos, admitidos pelos próprios produtores rurais.

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/12/15/apos-derrubada-de-vetos-camara-vai-cumprir-acordo-para-aprovar-reforma-tributaria-e-mp-das-subvencoes.ghtml>

# "As exceções colocadas na Reforma Tributária são um equívoco. Devem ser reavaliadas", diz presidente da CNI - CAPITAL S/A

## CAPITAL S/A

Ricardo Alban fez um alerta para tratamento especial a setores no texto aprovado pelo Senado, durante a primeira entrevista a jornalistas desde que tomou posse, em outubro. Cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que, se fosse adotada alíquota uniforme de imposto para todos os bens e serviços, sem exceções ou regimes especiais, a padrão seria de 21,7%. "Mas subiu para 27,5%, pois os resultados indicam que, quanto maior o número de exceções ao regramento geral, maior é a alíquota padrão dos **tributos**", apontou o presidente da entidade.

## Análise dos deputados

Ele se referiu ao texto da **Reforma Tributária** aprovado pelo Senado, no início de novembro, que ampliou para 42 o número de produtos e serviços que podem ter redução de **tributos** ou outros tratamentos diferenciados. Agora, os deputados federais vão analisar as mudanças feitas.

## Perigo nos detalhes

O presidente da CNI também demonstrou preocupação com a regulamentação da lei da **Reforma Tributária**. "Como se diz, o perigo mora nos detalhes", alertou.

## Crítica ao Banco Central

Alban criticou a política monetária do Banco Central. "É preciso - e possível - mais agressividade para que ocorra uma redução mais significativa do custo financeiro suportado por empresas e consumidores", frisou.

"Brasil vive de apagar incêndios e não tem tempo de planejar"

"Desde o regime militar, nunca se falou tanto em indústria no país. Não podemos perder essa

oportunidade"

"O Brasil não tem direito a esperar mais nada. Não podemos mais esperar pela educação, pelo crescimento e nem pela queda dos juros"

Ricardo Alban, presidente da CNI

## Almoço na CNC

Depois de apresentar as projeções econômicas da indústria para 2024, Alban (à direita na foto) foi para um almoço reservado com o presidente da CNC, José Roberto Tadros, que teve a presença também do presidente da Fecomércio no DF, José Aparecido Freire. Apesar das peculiaridades de cada setor econômico, ambos mostram união no sentido de fortalecer o segmento produtivo. Os dois apontaram a recriação do MDIC pelo governo Lula, colocando à frente da pasta Geraldo Alckmin, como algo bastante positivo.

## Cidadão Honorário de Brasília

Os deputados distritais aprovaram por unanimidade conceder o título de Cidadão Honorário a José Aparecido Freire, presidente do Sistema Fecomércio-DF. A autoria da proposta é do ex-deputado Rodrigo Delmasso (Republicanos), com relatoria do deputado Pastor Daniel de Castro (PP). "Fico extremamente honrado com esse título, concedido por ilustres representantes do povo brasiliense, a quem devo toda a minha dedicação e esforço diário à frente do Sistema Comércio da capital do país." Aparecido, 58 anos, é de Corumbá de Goiás (GO).

Victor Bicca é reeleito presidente da Abir

A Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir) realizou assembleia geral ordinária na qual, por decisão unânime, reelegeu Victor Bicca como presidente. Ele já ocupa a posição há dois anos e, agora, continuará até 2025. O executivo é diretor de

Relações Governamentais da Coca-Cola Brasil e vice-presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia). Formado em direito pela Universidade de Brasília (UnB), tem especialização em relações governamentais.

#### Compromissos

"É uma honra continuar o trabalho, com muitos desafios e conquistas ao longo dos últimos anos. Avançamos em compromissos com os consumidores e com a sociedade baseados no tripé inovação, informação e portfólio", afirmou Victor.

#### Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/15/all.pdf>

# Lira e Pacheco tentam acordo por Tributária

**GERALDA DOCA, VICTORIA ABEL, JENIFFER GULLARTE E GABRIEL SABOIA**  
*economiafogllobo.com.br BRASÍLIA*

A uma semana do início do recesso parlamentar, a Câmara e o Senado tentam chegar a um acordo para garantir a promulgação da **Reforma Tributária** ainda neste ano, como é o desejo do governo e dos líderes das duas Casas. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reuniram-se por mais de duas horas com os relatores do projeto para negociar o texto. A Câmara avalia rever pontos aprovados pelo Senado, o que desagradou aos senadores, que podem não promulgar o projeto. Após o encontro ontem, Lira disse que o texto pode ser votado hoje, a depender do acordo com os líderes.

- Os relatores estão conversando, ainda estamos fazendo reuniões para ver se votamos amanhã (hoje), mas a negociação já avançou bastante. O relator está conversando com líderes - afirmou Lira.

Pacheco disse que o acordo está "bem encaminhado":  
- Estamos trabalhando 24 horas -garantiu.

A reforma foi aprovada na Câmara e no Senado, mas voltou para análise dos deputados porque os senadores fizeram modificações no texto. O relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), está negociando as pendências com líderes dos partidos e com o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

A forma de manter a competitividade da Zona Franca de Manaus ainda é o principal entrave à conclusão da reforma. Para destravar a votação, o relator da proposta na Câmara se comprometeu a buscar uma alternativa dentro do próprio texto enviado pelo Senado para evitar que a região fique prejudicada.

O Senado incluiu na reforma a criação de uma Cide (Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico), que incidiria sobre produtos similares aos fabricados na Zona Franca de Manaus que fossem produzidos em outros estados. Os recursos arrecadados serão destinados a um fundo de desenvolvimento da Amazônia.

## QUEIXA DOS ESTADOS

A medida desagradou aos governadores de outros estados, que mobilizaram suas bancadas no Congresso. Aguinaldo não quis entrar nessa bola

dividida e propôs aos líderes dos partidos deixar que esse trecho seja decidido no plenário, na forma de destaque. A bancada no Norte teme que o destaque seja aprovado e a Zona Franca fique desprotegida.

Em outros temas polêmicos, Aguinaldo deve manter o regime diferenciado para profissionais liberais, como advogados, contadores, engenheiros. Pretende suprimir do texto outras questões pontuais, como a exigência de sabatina pelo Senado do presidente do Comitê Gestor do IBS (resultado da junção de ICMS e ISS), a cesta básica estendida, e a redução tributária para o combustível importado que passe pela Zona Franca de Manaus.

Aguinaldo também vai manter a prorrogação do benefício para montadoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 2032. Apesar disso, foi negociada com o PL a apresentação de um destaque que pode derrubar esse trecho da **Reforma Tributária**. Esse dispositivo foi inserido no Senado e desagradou a outros estados. No fim da noite de quarta-feira, governadores do Sudeste e do Sul divulgaram uma carta na qual solicitam que ao menos os carros a combustão sejam retirados desse benefícios.

Ontem pela manhã, Pa-checou falou em "ceder de parte a parte": - Não necessariamente todos, eventualmente, podemos concordar com algumas supressões. Agora, o Senado respeitou a estrutura da **Reforma Tributária** feita pela Câmara. Eduardo Braga buscou fazer aprimoramentos considerados importantes pelo Senado, a cesta básica estendida, a limitação da arrecadação, algumas isenções e alíquotas que estabelecem justiça tributária para alguns setores. Tudo isso vai ser fruto de diálogo - disse o presidente do Senado.

## NEGOCIAÇÃO COM EMENDAS

Diante do impasse, a equipe econômica passou a admitir a promulgação fatiada da **Reforma Tributária** ainda neste ano, mas preservando o texto ao máximo, com apenas algumas exclusões pontuais. Ou seja, para ficar de pé, o texto precisa preservar a espinha dorsal, a fim de não haver inconsistências internas.

Em outra frente, o governo fechou acordo com líderes do Congresso para votar a pauta econômica de interesse do Palácio do Planalto antes do fim do ano. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, costuraram quarta-feira à noite um acordo com os parlamentares.

Pelo acordo, o governo garante que não irá contingenciar (bloquear) as emendas de comissão. Essas emendas não são obrigatórias e podem somar R\$ 11 bilhões no ano que vem.

Em troca, os líderes se comprometeram a votar a medida provisória (MP) do ICMS, a **Reforma Tributária**, e as leis orçamentárias até a semana que vem.

"Ainda estamos fazendo reuniões para ver se votamos amanhã (hoje), mas a negociação já avançou bastante" Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

"Não necessariamente todos podemos concordar com algumas supressões" Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Lira marca votação da Reforma Tributária para esta sexta-feira

**Victor Correia**

+

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pautou a votação da **Reforma Tributária** para esta sexta-feira (15/12), a partir das 9h. O anúncio ocorreu após um dia inteiro de reuniões com lideranças da Câmara e do Senado para tentar pacificar divergências sobre a matéria.

Lira fez o anúncio aos parlamentares no Plenário da Câmara. Hoje, terminamos os ajustes para votar a **reforma tributária** amanhã [sexta] de maneira virtual, declarou o deputado. O texto já foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, mas sofreu alterações na Casa Alta e, por isso, precisa ser apreciado novamente pelos deputados.

Na sessão remota, a Medida Provisória (MP) 1.185, que trata da subvenção do ICMS, será o primeiro item da pauta. O texto foi aprovado ontem (14) em Comissão Mista, e é a principal aposta do governo para aumentar a arrecadação em 2024.

Reunião entre líderes

Sobre a **reforma tributária**, ainda há uma série de disputas. Uma delas é sobre a manutenção de benefícios fiscais para a Zona Franca de Manaus. Outro é sobre a prorrogação de benefícios fiscais a montadoras de automóveis instaladas no Nordeste e no Centro-Oeste.

Deputados querem alterar pontos incluídos pelos senadores na matéria. Os últimos, por sua vez, chegaram a ameaçar não promulgar o texto.

As reuniões para tentar firmar um acordo envolveram Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), os relatores da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), além dos líderes partidários.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/12/6670946-lira-marca-votacao-da-reforma-tributaria-para-esta-sexta-feira.html>

# Reforma tributária deve ser votada hoje, diz Lira

For falta de acordo, a intenção em votar a **reforma tributária** na Câmara dos Deputados foi adiada ontem. A decisão está emperrada entre deputados desde que o texto saiu do Senado, em novembro. A nova previsão é de votação ocorra hoje, caso haja apoio entre os parlamentares.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), passou a tarde em reuniões para tentar um consenso à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera o sistema tributário.

Ele ficou por mais de duas horas em negociação com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ao sair do encontro, disse que a conversa avançou e confirmou a intenção de concluir nesta semana.

"Vamos reunir hoje (ontem) ainda para ver se vota amanhã (hoje)", disse Lira. O encontro com Pacheco ocorreu na presidência do Senado, e também contou com a presença dos relatores na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

A reunião discutiu divergências às mudanças feitas na PEC pelos senadores. Entre os temas em debate estão as mudanças em **impostos** para a Zona Franca de Manaus.

Pacheco também disse que as negociações avançaram, sem detalhar temas ou datas. "Está bem encaminhada", afirmou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que aposta na promulgação de um texto com o que estiver de acordo entre deputados e senadores. "Todo nosso esforço é para que ela seja votada pela Câmara", afirmou.

HADDAD: esforço por votação

# Lira diz que tributária será votada pela Câmara nesta 6ª

**Julia Lindner, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e  
Caetano Tonet**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na noite dessa quinta-feira que a **reforma tributária** será votada nesta sexta-feira. O anúncio foi feito após reunião entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), marcada por um impasse sobre a manutenção ou não da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) da Zona Franca de Manaus (ZFM) no texto.

Apesar de ter agendado a votação, não estava claro, até o fechamento desta edição, se houve um acordo em tomo desse trecho ou se a questão seria decidida no voto. Ao longo do dia, o imbróglho trouxe o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para dentro das discussões.

A criação da Cide servirá para taxar produtos industrializados que não tenham sido fabricados na Zona Franca de Manaus e que sejam semelhantes aos produzidos na região. A proposta tem sido criticada por governadores de outras regiões. Há resistências, por exemplo, entre o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e parlamentares do Estado.

Uma emenda à proposta tornaria necessária uma nova votação no Senado. Por isso, busca-se apenas suprimir partes do texto, por acordo. Uma supressão total do artigo deixaria uma lacuna em relação à proteção da ZFM, o que é rejeitado pelos senadores que defendem o dispositivo.

Participaram do encontro dessa quinta os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relatores da matéria na Câmara e no Senado, respectivamente, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG), relator da medida provisória (MP) das subvenções.

Braga saiu do encontro com a missão de encontrar uma proposta alternativa para a ZFM na reforma. Ele convocou os técnicos de sua equipe em busca de um meio termo para as novas regras tributárias da região. Uma das hipóteses em discussão seria um destaque supressivo em relação ao texto enviado pelo Senado para a Câmara. A avaliação é que ele não poderá

"levar tudo".

Durante o encontro, o relator criticou o governo. Segundo ele, as mudanças inseridas pelos senadores foram alinhadas com o Executivo. Braga sinalizou que fecharia um acordo para abrir mão da Cide caso o IPI, que será extinto, fosse mantido para a Zona Franca. Ele argumentou que, sem a Cide, "acabou a ZFM".

Ele também disse que o texto em discussão não altera normas infraconstitucionais sobre combustíveis na região. O Comsefaz, comitê que reúne os secretários estaduais de Fazenda, enviou documento a parlamentares nesta semana no qual defende a retirada de um dispositivo que isenta a importação de petróleo, lubrificantes e combustíveis por empresas sediadas na Zona Franca.

Pacheco, por sua vez, tem deixado claro a aliados que é preciso "proteger" a Zona Franca. Além disso, o presidente do Senado considera que é importante defender os ajustes feitos pelos integrantes da Casa. A eventual solução será levada ao ministro da Fazenda na madrugada desta sexta para uma nova avaliação. O intuito é ter um acordo para ao menos começar a leitura do parecer na Câmara.

Haddad entrou nas discussões logo pela manhã de quinta para tentar ajudar a desfazer o mal-estar entre as Casas Legislativas. Ele ligou para alguns parlamentares ao longo do dia para tratar das votações, entre eles Braga.

Aliado do Planalto, o relator da reforma no Senado disse a Haddad que não teria apoiado a reforma se houvesse sinal de resistência por parte do governo sobre a questão da Zona Franca. O mesmo recado já foi dado pelo amazonense ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com pessoas próximas.

Braga estava irredutível em relação a esse ponto, pois considera que resgatar o imposto seletivo para a região, como constava inicialmente, trará mais insegurança jurídica.

Para inserir as mudanças em seu parecer, Braga defende que os concorrentes da ZFM não são os produtos nacionais, e sim os importados. "A Cide foi uma solução encontrada, sem nenhum impacto adicional na carga tributária, porque não há aumento

de alíquota, ao contrário, e não tem nenhum impacto na indústria nacional."

Outro ponto em discussão envolve interesses do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Ribeiro cogita retirar a alíquota diferenciada para advogados, arquitetos e engenheiros, mas o presidente do Senado resiste e pediu ao relator na Câmara que reconsidere. Lira disse na reunião que aceitaria manter "em homenagem a Pacheco". O presidente do Senado defendeu que o benefício é "justo e razoável".

Ribeiro apresentará um novo parecer em plenário com a exclusão de alguns artigos. Um dos trechos que pode ser excluído visa acabar com o discurso dos governadores de que estão elevando o ICMS agora para garantir que seus Estados não saiam prejudicados quando a partilha do novo imposto for feita, a partir de 2029.

Pela PEC, a divisão da arrecadação do IBS será proporcional à receita de cada um no período de 2024 a 2028. A Câmara vai excluir isso e deixar a decisão para lei complementar.

Os deputados também devem excluir a previsão de que o presidente do futuro comitê gestor do IBS precisará ser sabatinado e aprovado pelo Senado. Para eles, é correto que os governadores e prefeitos sejam os responsáveis por elegê-lo, já que cuidará do imposto compartilhado por Estados e municípios.

Também será excluído, pelo próprio relator, a proposta de criação de uma "cesta básica estendida", com produtos que receberiam redução de 60% na alíquota do IVA. Os deputados vão manter apenas a "cesta básica nacional", com isenção total no valor do imposto. Os itens que vão compor essa cesta serão decididos em lei complementar.

Outro ponto que deverá ser excluído é a criação de um regime tributário específico para concessionárias de rodovias e saneamento básico. O deputado Fernando Monteiro (PP-PE) tenta reverter a medida.

Com a exclusão, as empresas desses setores serão tributadas com o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), com a cobrança de uma alíquota sobre os produtos e serviços vendidos.

No Senado, as concessionárias tinham recebido a previsão de um tratamento diferenciado, com base no faturamento, e cujos termos exatos seriam definidos por uma futura lei complementar, mas agora a decisão é devolvê-los ao IVA.

"Retirar as concessionárias de rodovias tudo bem, mas as de saneamento prestam um serviço de saúde

pública. Ajudam a diminuir a necessidade de atendimento médico e de hospitais", disse Monteiro.

Ribeiro vai retirar o artigo que garantiria aos auditores estaduais e municipais da Receita o mesmo teto salarial dos auditores da **Receita Federal** (de R\$ 41.650,92), mas o MDB apresentará requerimento para que seja votado nominalmente este trecho.

Ministrada Fazenda trabalhou para afastar mal-estar entre Câmara e Senado

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/>

# Reforma Tributária: Lira tentará votar texto na Câmara hoje; veja o que está em jogo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, tentará votar, nesta sexta-feira, a **Reforma Tributária**, no plenário da Casa.

- Hoje (quinta-feira) terminamos os ajustes para votar a tributária amanhã (sexta-feira) de maneira virtual - disse Lira ontem.

Lira passou o dia reunido com lideranças da Câmara e do Senado em busca de acordo para a votação da reforma.

Um dos pontos controversos da negociação é a manutenção de benefícios fiscais para a Zona Franca de Manaus. O texto aprovado pelo Senado determina a cobrança da Cide sobre bens similares aos produzidos na Zona Franca para manter as vantagens da região.

A uma semana do início do recesso parlamentar, a Câmara e o Senado tentam chegar a um acordo para garantir a promulgação da **Reforma Tributária** ainda neste ano, como é o desejo do governo e dos líderes das duas Casas. Nesta quinta, Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reuniram-se por mais de duas horas com os relatores do projeto para negociar o texto.

A Câmara avalia rever pontos aprovados pelo Senado, o que desagrada aos senadores, que podem não promulgar o projeto. Após o encontro ontem, Lira disse que o texto pode ser votado hoje, a depender do acordo com os líderes.

- Os relatores estão conversando, ainda estamos fazendo reuniões para ver se votamos amanhã (sexta-feira), mas a negociação já avançou bastante. O relator está conversando com líderes - afirmou Lira.

Pacheco disse que o acordo está "bem encaminhado":

- Estamos trabalhando 24 horas - garantiu.

A reforma foi aprovada na Câmara e no Senado, mas voltou para análise dos deputados porque os senadores fizeram modificações no texto. O relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), está negociando as pendências com líderes dos partidos e com o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

Em outros temas polêmicos, além da Zona Franca, Aguinaldo deve manter o regime diferenciado para profissionais liberais, como advogados, contadores, engenheiros. Pretende suprimir do texto outras questões pontuais, como a exigência de sabatina pelo Senado do presidente do Comitê Gestor do IBS (resultado da junção de ICMS e ISS), a cesta básica estendida, e a redução tributária para o combustível importado que passe pela Zona Franca de Manaus.

Aguinaldo também vai manter a prorrogação do benefício para montadoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 2032. Apesar disso, foi negociada com o PL a apresentação de um destaque que pode derrubar esse trecho da **Reforma Tributária**. Esse dispositivo foi inserido no Senado e desagradou a outros estados. No fim da noite de quarta-feira, governadores do Sudeste e do Sul divulgaram uma carta na qual solicitam que ao menos os carros a combustão sejam retirados desse benefícios.

O que diz a reforma

A **Reforma Tributária** foi aprovada no Senado em novembro, depois de uma primeira passagem pela Câmara. Ela une os cinco **impostos** sobre consumo: PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI. Na prática o consumidor passará a pagar uma alíquota, o IVA, que será dividido em dois no momento do recolhimento: Imposto sobre Bens e Serviços (CBS), que será direcionado para União e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que irá para estados e municípios.

Se não houver mudanças no mérito do texto e apenas trechos forem retirados, a matéria não precisa voltar para o Senado e segue direto para a promulgação. A alíquota padrão do IVA estimada pelo Ministério da Fazenda quando o texto saiu pela primeira vez da Câmara era entre 26,5% e 27%. Após a aprovação da PEC pelo Senado, o valor do tributo subiu para 27,5%.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/15/reforma-tributaria-lira-tentara-votar-texto-na-camara-hoje-veja-o-que-esta-em-jogo.ghtml>

# Reforma Tributária: Zona Franca de Manaus é o principal entrave para votação na Câmara; entenda

A Zona Franca de Manaus ainda é o principal entrave à conclusão da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados e à promulgação da proposta na próxima semana. Para destravar a votação, o relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), se comprometeu em buscar uma alternativa dentro do próprio texto enviado pelo Senado para evitar que a região fique prejudicada.

O Senado incluiu na Reforma a criação de uma Cide, uma contribuição sobre produtos similares aos fabricados na Zona Franca de Manaus, produzidos em outros estados. Os recursos arrecadados serão destinados a um fundo de desenvolvimento da Amazônia.

A medida desagradou os governadores de outros estados, que mobilizaram suas bancadas no Congresso, e a deputados de outras regiões. A Cide criada não teria prazo para acabar, de acordo com o texto do Senado, o que deixaria a cobrança sem previsibilidade.

Aguinaldo não quis entrar nessa bola dividida e propôs aos líderes dos partidos que os líderes deixassem esse trecho para ser decidido no plenário, na forma de destaque.

A bancada no Norte teme que o destaque seja aprovado e a Zona Franca fique desprotegida. Segundo técnicos, o texto oferece possibilidades de evitar isso.

Uma alternativa seria deixar o IPI (**Impostos** sobre Produtos Industrializados) com efeito apenas sobre produtos similares aos fabricados na Zona Franca de Manaus, mas produzidos em outros estados do país. Dessa forma, o IPI não acabaria apenas para esses produtos.

Essa ideia já havia circulado na primeira fase da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, durante a negociação com representantes do estado do Amazonas. Técnicos da Câmara afirmam que essa solução não levaria o texto de volta para o Senado.

Caso haja acordo, a expectativa do presidente da

Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) é tentar votar a reforma nesta sexta-feira ou até a terça da próxima semana.

Depois de várias conversas, a **Reforma Tributária** foi discutida no início da noite desta quinta-feira, em uma reunião entre Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Aguinaldo e o relator da proposta do Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

O encontro durou cerca de duas horas, quando foram passados ponto a ponto do relatório de Aguinaldo e o resultado das negociações com líderes para suprimir trechos incluídos no Senado e destacar outros para votação em separado.

Segundo interlocutores, há consenso em relação a algumas a essas questões, com exceção da Zona Franca.

Aguinaldo vai manter a prorrogação do benefício para montadoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 2032, de acordo com parlamentares. Apesar disso, foi negociada com o PL a apresentação de um destaque que pode derrubar esse trecho da **Reforma Tributária**. Esse dispositivo foi inserido no Senado e desagradou a outros estados.

No fim da noite de quarta-feira, governadores do Sudeste e do Sul divulgaram uma carta na qual solicitam que ao menos os carros a combustão sejam retirados desse benefício.

Em outros temas polêmicos, Aguinaldo deve manter o regime diferenciado para profissionais liberais, como advogados, contadores e engenheiros. Pretende suprimir do texto outras questões pontuais, como a exigência de sabatina pelo Senado do presidente do Comitê Gestor do IBS (resultado da junção de ICMS e ISS), a cesta básica estendida, e a redução tributária para o combustível importado que passe pela Zona Franca de Manaus.

A **Reforma Tributária** foi aprovada no Senado em novembro, depois de uma primeira passagem pela Câmara. Ela une os cinco **impostos** sobre consumo: PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI. Na prática o consumidor

passará a pagar uma alíquota, o IVA, que será dividido em dois no momento do recolhimento: Imposto sobre Bens e Serviços (CBS), que será direcionado para União e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que irá para estados e municípios.

Se não houver mudanças no mérito do texto e apenas trechos forem retirados, a matéria não precisa voltar para o Senado e segue direto para a promulgação. A alíquota padrão do IVA estimada pelo Ministério da Fazenda quando o texto saiu pela primeira vez da Câmara era entre 26,5% e 27%. Após a aprovação da PEC pelo Senado, o valor do tributo subiu para 27,5%.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/15/reforma-tributaria-zona-franca-de-manaus-e-o-principal-entrevista-para-votacao-na-camara-entenda.ghtml>**

# Reforma tributária: entenda por que a Zona Franca de Manaus conseguiu manter seus benefícios

Por Isabela Bolzani, g1

A Zona Franca de Manaus (ZFM), no Amazonas, foi um dos grandes temas de debate presentes na **reforma tributária**, com a possibilidade de que o polo industrial perdesse sua competitividade garantida pela isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

Como o coração da proposta era simplificar o sistema nacional de tributação, havia receio de que os empresários da região passassem a recolher **impostos** como em qualquer outro lugar do país. Mas isso não aconteceu.

O texto que foi recentemente aprovado pelo Senado manteve não apenas os incentivos fiscais propostos à região como também já inclui uma cobrança de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para taxar produtos de outras áreas do país que concorrem com os fabricados na Zona Franca de Manaus.

Esse ponto, inclusive, virou uma das travas no retorno do texto à Câmara dos Deputados. Os deputados gostariam de remover a Cide adicionada pelo Senado Federal. Mas o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma, não abre mão da taxa, porque entende que os produtos da Zona Franca perdem competitividade.

Depois de reuniões para chegar a um acordo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), informou que a matéria será votada nesta sexta-feira (15).

Para entender melhor a questão, veja abaixo:

O que é a Zona Franca de Manaus? O que muda para a região com a reforma tributária? Por que foram mantidos os incentivos à região?

O que é a Zona Franca de Manaus?

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação, e de incentivos fiscais especiais, que foi estabelecida em 1967. A ideia foi criar e manter um centro industrial, comercial e agropecuário no interior da Amazônia.

Segundo o Decreto-Lei nº 288, o principal objetivo da ZFM é o de permitir o desenvolvimento da região, "em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos".

Os incentivos fiscais, portanto, foram instalados para atrair companhias para a área.

De acordo com o decreto, a entrada de mercadorias estrangeiras na ZFM, destinadas a seu consumo interno e industrialização em qualquer grau - incluindo beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação - será isenta dos **impostos** de importação e sobre produtos industrializados.

Além disso, a exportação de mercadorias da Zona Franca para o exterior também está isenta do imposto de exportação.

A validade da ZFM é assegurada até 2073. Só neste ano, a estimativa é que a renúncia de **impostos** federais para a região passe dos R\$ 35 bilhões.

O que muda para a região com a **reforma tributária**?

A **reforma tributária** propõe que o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), o PIS e Cofins federais, além do ICMS estadual e ISS municipal, sejam substituídos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual.

Nesse caso, dois **tributos** principais serviriam para unificar os **tributos** já existentes: o CBS (IVA federal) e o IBS (IVA estadual). Além disso, o texto também prevê a criação de um imposto seletivo sobre bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

O principal ponto de debate entre os empresários da Zona Franca de Manaus era a extinção do IPI.

Isso porque os itens produzidos na ZFM não pagam esse imposto, enquanto os mesmos produtos

fabricados em outras regiões, pagam. Esse diferencia gera uma maior competitividade para a Zona Franca, pois as indústrias podem ou se instalar ali pela renúncia fiscal ou terão diferencial contra competidores de fora.

"Hoje, um dos principais indutores tributários para que uma companhia se instale na Zona Franca é a desoneração do IPI", afirma o advogado tributarista Diego Diniz Ribeiro, do escritório Daniel & Diniz Advocacia Tributarista.

O especialista acrescenta, ainda, que o sistema atual também beneficia as companhias que compram os produtos fabricados no polo industrial de Manaus.

"[O sistema atual] também é interessante para quem está fora e compra do polo industrial, porque além de conseguir os produtos por um preço menor, [a companhia] ainda mantém o crédito da isenção de **impostos**", explica Ribeiro.

Para que a região não perdesse a competitividade e ainda para tentar repor parte das perdas arrecadatórias, uma das saídas encontradas pelo governo foi a de taxar produtos similares aos da Zona Franca de Manaus que são produzidos em outras localidades.

Isso quer dizer que os itens produzidos na Zona Franca manterão a diferença de alíquotas que existe atualmente em relação aos produtos fabricados em outras regiões - o que faz com que os itens lá produzidos continuem sendo mais baratos.

Preservar o benefício das empresas lá instaladas foi um compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Chegou a se discutir a aplicação do imposto seletivo para fabricantes de outras regiões, mantendo a Zona Franca isenta. Mas o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM) retirou a regra.

O novo texto estabelece que o incentivo fiscal poderá ser feito com a criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a importação, produção ou comercialização de bens que recebem incentivos na ZFM.

Livre comércio e fomento do desenvolvimento

Ainda de acordo com Ribeiro, outro ponto trazido pela nova **reforma tributária** foi a criação de um Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá.

Esse fundo será constituído com recursos da União e será por ela gerido. O objetivo seria fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades

econômicas dos estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá.

Além disso, o texto também traz uma permissão para as indústrias instaladas nas áreas de livre comércio dos estados de Roraima, Amapá, Rondônia e Acre. Com isso, as indústrias deverão ter a mesma proteção garantida que estão sediadas na ZFM, em Manaus.

Por que foram mantidos os incentivos à ZFM

Para especialistas ouvidos pelo g1, um tratamento tributário diferenciado para o polo industrial de Manaus é essencial para que se mantenha o desenvolvimento da região - que envolve não apenas a preservação da floresta amazônica, mas também a criação de empregos e a integração territorial no Amazonas, que é o maior estado brasileiro.

Para isso, de acordo com o advogado tributarista da Zilveti Advogados Igor Tressoldi, as indústrias que se instalam na Zona Franca se comprometem a trazer um plano de ação para a região em contrapartida aos benefícios fiscais concedidos.

"Basicamente, a indústria que se estabelece lá se compromete a gerar um determinado número de empregos e traz um plano de ação do que vai produzir e desenvolver naquela região. E uma vez que o plano é aprovado, é garantida a isenção de **impostos** de produtos e insumos", explica.

Para o presidente do Conselho Superior do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM), Luiz Augusto Rocha, a manutenção da competitividade no polo industrial de Manaus é essencial para a sobrevivência do estado no curto e médio prazo.

"Claro que também são necessárias políticas públicas, mas precisamos gerar meios para que nós possamos, no futuro, estabelecer condições de competitividade empresarial. E, nesse sentido, eu falo da questão logística, ambiental e de tudo o que, nesse momento, nos torna menos competitivos", diz.

O executivo ainda cita uma série de projetos que estão sendo debatidos para "ligar o estado ao restante do Brasil" - como o asfaltamento de estradas e rodovias e o balizamento fluvial da região - e que podem ser beneficiados com a manutenção da isenção de **impostos** e com a atração de mais indústrias para a região.

"Nós precisamos desenvolver a indústria para que possamos ampliar a condição de emprego e qualidade de vida na nossa região, que é muito desigual. Precisamos lembrar que o capital empresarial não tem pátria, ele vai aonde as condições são mais

favoráveis", completa Rocha.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/12/15/reforma-tributaria-zona-franca-de-manaus.ghtml>**

# Bolsa Família bloqueará repasse a CPF irregular

Apartir de janeiro, os beneficiários do Bolsa Família que tiverem inconsistência de dados do Cadastro de Pessoa Física (CPF) no Cadastro Único (CadÚnico) terão seus pagamentos bloqueados, segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O pagamento será retomado quando a situação for regularizada junto à **Receita Federal**. Caso a situação não seja resolvida em até seis meses, os benefícios são cancelados.

De acordo com o ministério, a medida faz parte de um esforço para aprimorar a gestão do programa assistencial, para fazer com que o benefício chegue às pessoas que realmente precisam.

Segundo o governo, os beneficiários podem esclarecer suas dúvidas sobre o CPF e o Bolsa Família por meio do Disque Social 121.

Ter o CPF suspenso ou cancelado junto à **Receita Federal** ou ter divergência de titularidade são as situações que deverão causar o bloqueio do pagamento. Problemas desse tipo já têm impedido a habilitação de novas famílias ao Bolsa Família desde agosto deste ano. O bloqueio será feito se qualquer integrante da família beneficiária estiver com o CPF irregular.

As famílias serão informadas sobre a situação do CPF e sobre como regularizar o problema. Essa comunicação será feita no extrato de pagamento do Bolsa Família, no aplicativo do próprio programa e no app Caixa Tem."

## O QUE É UM CPFSUSPENSO?

A situação "Suspensa" significa que o cadastro está incorreto ou incompleto. Para resolver, é preciso atualizar as informações pessoais no CPF. Veja abaixo.

## COMO REGULARIZAR A SITUAÇÃO?

Para resolver o problema, o cidadão pode acessar o site da **Receita Federal** e clicar em "Meu CPF". Depois, é preciso selecionar "Atualizar CPF". Em seguida, deve clicar em "Etapas para a realização deste serviço". A pessoa também pode pedir a regularização de um CPF suspenso no link <https://abrir.link/cXYD6>, ou numa unidade da **Receita**

**Federal**. Antes, porém, é preciso agendar a visita à agência. O tempo estimado do atendimento presencial é de 15 minutos.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Orçamento maior para gerir o DF em 2024

**Pablo Giovanni**

A Câmara Legislativa (CLDF) encerrou, na noite de quarta, o ano legislativo de 2023. Entre as deliberações votadas pelos distritais, consta a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). O projeto, enviado pelo Executivo, em setembro, foi aprovado por unanimidade pelos distritais, garantindo ao Governo do Distrito Federal (GDF), para 2024, o orçamento total de mais de R\$ 61 bilhões. Apesar disso, há diminuição de valores para educação e saúde.

O orçamento é dividido em dois cálculos: os recursos do governo local e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Na receita de despesa fixada nos orçamentos fiscais, **seguridade social** e de investimento, o GDF irá trabalhar com orçamento de R\$ 37,8 bilhões. O número é superior ao da distribuição dos valores do ano anterior, quando ficaram à disposição para o exercício do Executivo R\$ 34,3 bilhões.

Mesmo que não integre o orçamento do DF, o FCDF é responsável por uma parte considerável das contas brasilienses. O FCDF é responsável pela organização e manutenção de policiais civis, militares e bombeiros, além de prestar assistência financeira a serviços públicos ligados à área da saúde e educação. O fundo chegou a ser "congelado" em uma proposta que tramitou no Congresso Nacional no primeiro semestre deste ano, mas foi destravada após ampla articulação política.

O valor estimado para o FCDF no orçamento de 2024 é de R\$ 23,2 bilhões. Para custeio das forças de segurança, o fundo recebeu o incremento de R\$ 504 mil do orçamento aprovado no ano passado. Para saúde e educação houve diminuição do repasse, no valor de R\$ 248 mil somados. Apesar disso, o total - R\$ 61 bilhões - de recursos é bem superior aos R\$ 57 bilhões aprovados para o exercício deste ano, deliberado pelos distritais da legislatura anterior.

No detalhamento das receitas, os **tributos** mais relevantes na composição da estimativa de receita do orçamento próprio do DF, para 2024, são o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto de Renda e Imposto Sobre Serviços (ISS), representando, respectivamente, 45%, 20% e 13%, resultando em 78% do total.

Outras propostas

Tradicionalmente, os distritais derrubam o veto do governador Ibaneis Rocha (MDB) ao anexo dos concursos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovado no meio do ano, que garante a nomeação de aprovados e a abertura de novos certames. No entanto, o governo enviou uma solicitação, repassada pelo líder do governo, Robério Negreiros (PSD), pedindo que a base fosse contrária à proposta, porque a aprovação acarretaria um gasto de R\$ 13 bilhões aos cofres públicos. Os distritais acolheram o pedido, sob revolta de quem acompanhava a sessão da galeria da Casa, além da oposição, que planejava votar o projeto.

Ao longo das nove horas de plenário, além da LOA, os distritais aprovaram mais de 100 projetos de lei e proposições, de autoria dos próprios parlamentares e do governo local. Uma das propostas que passou pelo crivo dos distritais foi a que trata da ampliação do Passe Livre Estudantil.

A proposta original, de 2019, de autoria dos deputados Roosevelt Vilela (PL) e Fábio Felix (PSol), sofreu alterações. Uma das mudanças é que o benefício se estende para alunos matriculados em cursinhos (pelo prazo de um ano após a conclusão do ensino médio); acompanhantes de estudantes, crianças ou pessoas com deficiência.

Além disso, o projeto contempla estudantes do Entorno matriculados em instituições de ensino do DF e estudantes da área rural. A proposta visa a gratuidade ao estudante para se deslocar para atividades culturais e de lazer pela capital federal. A preposição irá para sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB).

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/15/all.pdf>

# Bancos se preocupam com nova redução de teto do consignado

*Larissa Garcia e Jéssica Sant"Ana De Brasília*

Os bancos estão tentando sensibilizar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que não haja novas reduções no teto de juros que pode ser cobrado no empréstimo consignado a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, tem levado ao Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) propostas de redução proporcionais a cada corte na taxa Selic. Com isso, o teto, que era de 2,14% ao mês no começo do ano, já caiu para 1,80%, na modalidade mais utilizada, com desconto em folha.

O Valor apurou que os bancos fizeram chegar suas reclamações a Lula através do Ministério da Fazenda e de interlocutores do Palácio do Planalto. As instituições financeiras não descartam pedir uma audiência direta com o presidente para tratar desse assunto, se novas reduções no teto forem pautadas. A próxima reunião do CNPS - colegiado responsável por definir o juro máximo - está marcada para o dia 11 de janeiro. As reuniões ordinárias são mensais.

Os bancos e os representantes dos empregadores no conselho avaliam que somente Lula pode convencer Lupi a parar com as reduções, segundo fontes. Todos os cortes aprovados neste ano tiveram apenas o voto contrário dos bancos. O conselho é formado por 15 integrantes: seis do governo (todos ligados à **Previdência Social**, incluindo o ministro), três dos empregados em atividade, três dos aposentados e pensionistas e três dos empregadores.

As instituições financeiras afirmam que há um problema que está se agravando no crédito consignado, e que Lula precisa saber das consequências. Segundo dados apresentados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o volume de concessão de empréstimo consignado caiu de R\$ 36,1 bilhões entre maio a setembro de 2022 para R\$ 29,7 bilhões no mesmo período de 2023. Já a média de concessão mensal teve redução de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 5,9 bilhões.

A Febraban também diz que há redução de 30% na quantidade de operações com aposentados com mais de 70 anos, que oferecem maior risco. Em nota, a federação afirma que as reduções no teto de juro

foram feitas de forma "totalmente arbitrária e artificial" pelo CNPS, sem levar em consideração a estrutura de custos dos bancos, tanto na captação de funding quanto na concessão de empréstimos para aposentados.

O Ministério da **Previdência Social** rebate as alegações da Febraban. A pasta afirma que as decisões são "amplamente discutidas" e precedidas de debate técnico em grupo de trabalho, "de forma que o argumento usado pela Febraban de que as decisões são "arbitrárias e baseadas em narrativas superficiais" não procede e tem natureza leviana, uma vez que os representantes das instituições financeiras participam dos dois fóruns de discussão".

"O Ministério da **Previdência Social** tem, de forma reiterada, respondido às demandas e argumentos das entidades que representam as instituições financeiras, nas questões relacionadas ao teto da taxa de juros nas operações de crédito consignado", diz a pasta.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187741>

# Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Publicado em 15/12/2023 - 06:55  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (15) a parcela de dezembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5. Pelo terceiro mês seguido, o benefício tem um adicional para mães de bebês de até seis meses de idade.

Chamado de Benefício Variável Familiar Nutriz, o adicional corresponde a seis parcelas de R\$ 50 para garantir a alimentação da criança. Com o novo acréscimo, que destina R\$ 20 milhões a 420 mil mães neste mês, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome informa que está concluída a implementação do novo Bolsa Família.

Além do novo adicional, o Bolsa Família paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 680,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,25 bilhões.

Desde julho, passou a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Com base no cruzamento de informações, 190 mil famílias passaram a fazer parte do programa em dezembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, 2,85 milhões de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Regra de proteção

Cerca de 2,47 milhões de famílias estão na regra de proteção em dezembro. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,39.

Reestruturação

Desde o início do ano, o programa social voltou a ser chamado de Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. Em dezembro, o calendário é antecipado, e as parcelas são liberadas antes do Natal. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta sexta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 5. O valor caiu para R\$ 104, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,3 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição e da medida provisória do Novo Bolsa Família, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg até o fim do ano.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no

CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

**Site:**

**<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>**

# Calendário do INSS é definido

**Cristiane Gercina**

Depósitos são feitos conforme o número final do benefício

A partir de 25 de janeiro de 2024, começam a ser liberados os pagamentos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para os segurados que recebem aposentadoria, pensão, auxílio e Benefício de Prestação Continuada (BPC). O calendário é válido para o pagamento dos benefícios a 39 milhões de pessoas.

Os depósitos são feitos conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador. Recebe primeiro quem tem renda previdenciária de até um salário mínimo. Depois, são pagos os benefícios maiores, acima do mínimo até o teto previdenciário (confira a tabela abaixo).

Os valores são depositados na conta do beneficiário. O cidadão que tem conta-benefício deve realizar o saque do dinheiro ou a transferência - a função débito não é possível nessa modalidade.

Quem recebe por conta-corrente pode fazer as movimentações habituais, como pagar contas com o cartão ou por Pix, fazer transferências e demais negociações, assim como quem tem conta-poupança.

O segurado consegue conferir, no aplicativo ou site Meu **INSS**, se os valores estão provisionados na conta. Essa informação costuma ficar disponível entre cinco e sete dias antes de começar o pagamento do mês de competência.

No dia em que começa a liberação dos benefícios, todos os segurados conseguem conferir o valor provisionado no extrato do **INSS**.

Quando há feriados nacionais, os pagamentos costumam ser interrompidos. Nos estaduais ou municipais, os repasses ocorrem normalmente, mesmo que bancos não abram.

## REAJUSTE

A previsão é que os benefícios do **INSS** sejam reajustados no início de 2024, com repasse do novo valor já na competência de janeiro (de 25 de janeiro a 7 de fevereiro). Quem recebe mais que um salário mínimo terá o aumento acima da **inflação**.

## ENTENDA

Os pagamentos do **INSS** são realizados com base no mês de competência. O repasse que compete a dezembro de 2023, por exemplo, começa a ser liberado no dia 21 do mesmo mês, mas os últimos depósitos serão até 8 de janeiro de 2024.

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# Peritos do INSS preparam paralisação em defesa de reajuste de 23% (Previdência)

**Cristiane Gercina**

Os peritos médicos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ameaçam uma paralisação em janeiro de 2024 por reajuste de 23%, contratação de ao menos 1.500 novos peritos e para que o governo cumpra o acordo fechado em 2022, após a categoria realizar greve que durou 52 dias.

Os peritos, cuja carreira é ligada ao Ministério da **Previdência Social** desde 2019, também são contra a implementação da teleperícia, prevista para começar no ano que vem com as consultas médicas para liberação de benefícios por incapacidade feitas online, por computador e celular.

A paralisação inicial seria em três dias: 17, 24 e 31, quando os profissionais deixariam de fazer o atendimento médico aos segurados do **INSS** com consultas agendadas. O **comunicado** foi enviado ao Ministério da Previdência, que terá até 12 de janeiro para negociar e apresentar propostas.

Segundo Francisco Eduardo Cardoso Alves, vice-presidente da ANMP (Associação Nacional de Médicos Peritos), o último reajuste concedido aos peritos teve percentual de 9%, neste ano -o mesmo dado pelo governo Lula a todo o funcionalismo-, mas a defasagem da categoria está em 27%, porque não houve concessão de nenhum aumento salarial para a categoria no governo Bolsonaro.

"Estamos pedindo a recomposição dessa diferença mais o acumulado até agora", afirma.

O documento enviado para a Previdência informa que a contratação de médicos também seria uma das prioridades, já que a categoria tem hoje um déficit de ao menos 3.000 cargos vagos. Atualmente, há 3.600 peritos em atividade, mas muitos deles também não exercem as funções por estarem afastados.

No **comunicado**, os peritos chamam a decisão de fazer paralisação de "medida contundente" contra o que seria um "tratamento nocivo" por parte do governo federal.

Sobre o acordo referente à greve de 2022, Alves cita ao menos seis pontos que estariam sendo desrespeitados, incluindo mudança na tabela de

pontos para reduzir pontuação de tarefas, fazendo um aumento indireto da meta de produção diária; fim do agendamento programado para que o perito possa ele mesmo programar suas tarefas; além de alterações no Atestmed, sistema de solicitação do auxílio-doença sem necessidade de perícia presencial.

Para a categoria, o Atestmed pode aumentar o número de fraudes na concessão de auxílios, o que a Previdência já contestou.

A implantação da teleperícia, que deve começar no ano que vem, conforme lei já aprovada pelo Congresso Federal, também desagrada a categoria, mas não está listada entre os motivos da paralisação.

Segundo Alves, mesmo com a lei que obrigaria a realização de perícias online, no computador ou celular, os peritos médicos federais usarão sua "prerrogativa técnica para se recusar a fazer esse procedimento caso ele não esteja em conformidade com a ética médica, a LGPD [Lei Geral de Proteção de Dados] e as normas gerais de segurança", diz.

Procurado, o Ministério da Previdência não se manifestou até a conclusão deste texto.

Os segurados do **INSS** podem solicitar o auxílio-doença por meio de análise documental, enviando o atestado médico pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. Também é possível fazer o pedido pela Central Telefônica 135. Neste caso, será necessário enviar o atestado médico pelo Meu **INSS** ou entregando-o em uma agência da **Previdência Social**.

O auxílio sem perícia chegou a ser concedido durante a pandemia de coronavírus, em 2020 e 2021 e, depois, entre os meses de julho e dezembro de 2022. A concessão estava parada nos últimos meses, após a portaria editada pelo governo Bolsonaro ter pedido a validade.

O atestado médico ou odontológico deve ser em papel sem rasuras, e conter as seguintes informações:

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/peritos-do-inss-preparam-paralisacao-em-defesa-de-reajuste-de-23.shtml>

# Em 2024, será preciso ter mais pontos para se aposentar pelo INSS. Entenda a regra e simule

**Cássia Almeida**

Aprovada em 2019, a Reforma da **Previdência Social** criou regras de transição que se tornam mais rígidas a cada virada de ano. Em 2024, o sistema de pontos, uma das modalidades possíveis para se aposentar, vai subir em um patamar: serão de 91 pontos para as mulheres e 101 pontos para os homens.

O sistema de pontos soma a idade do trabalhador com os anos de contribuição ao **INSS**. Quando a tabela começou, em 2019, o mínimo era de 86 pontos para as mulheres e de 96 para os homens. Mas esta não é a única regra possível para pedir aposentadoria pelo **INSS**.

Para quem já estava trabalhando quando a reforma foi aprovada, há até cinco regras de transição possíveis em alguns casos. O GLOBO criou uma calculadora que mostra, para cada um, de acordo com o ano em que começou a trabalhar (ou seja, seu tempo de contribuição), sua idade atual e gênero, as opções mais vantajosas para se aposentar.

Faça suas contas na ferramenta abaixo. Se não estiver visualizando, clique aqui.

O resultado mostra o tempo que falta para se aposentar e qual será o valor do benefício em cada uma das modalidades possíveis de aposentadoria. E sinaliza qual das regras vai proporcionar um ganho maior e qual vai permitir que o trabalhador se aposente em menos tempo.

Clicando em cada uma das respostas, o trabalhador pode entender melhor as regras e saber quanto receberia e em quanto tempo se aposentaria caso a caso.

Com o envelhecimento acelerado da população brasileira e diante de um mercado de trabalho em transição, a calculadora do GLOBO permite planejar melhor o futuro.

A calculadora também mostra as regras para os **servidores públicos** e para os professores, que são diferentes das aplicadas aos demais trabalhadores.

Os brasileiros que começaram a trabalhar depois de novembro de 2019, quando a Reforma da Previdência foi promulgada, precisam cumprir os novos requisitos para se aposentar, que são idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. E, ainda, tempo de contribuição de 30 anos para elas e 35 anos para eles.

Mas, para quem já estava no mercado de trabalho quando a Reforma da Previdência foi aprovada, há quatro anos, são até cinco regras de transição. E em duas dessas regras - o sistema de pontos e a idade mínima progressiva - as exigências ficam cada vez mais rígidas a cada ano que passa.

A regra do sistema de pontos funciona assim: cada ano de recolhimento ao **INSS** corresponde a um ponto, enquanto cada ano a mais de idade vale outro.

Quando a tabela começou, em 2019, o mínimo era de 86 pontos para as mulheres e de 96 para os homens. Esses patamares avançam anualmente. Em 2024, serão de 91 pontos para as mulheres e 101 pontos para os homens.

Em 2028, a pontuação alcançará o limite de 105 pontos para os homens, sem novos aumentos. Cinco anos depois, em 2033, é a vez das mulheres, no limite de 100 pontos.

Na calculadora do GLOBO, basta inserir a sua idade e o seu tempo de contribuição para saber quanto tempo falta para você se aposentar por essa regra e pelas demais.

Também é possível checar o quanto você receberá de pensão em caso de falecimento de seu cônjuge, considerando as novas regras para este benefício e para o seu pagamento para quem já é aposentado, instituídas pela Reforma da Previdência, em outra calculadora.

A reforma estabeleceu redutores para o acúmulo de aposentadoria com pensão e reduziu o valor pago por dependente. A calculadora da pensão do GLOBO, abaixo, faz a simulação para todos os perfis de família.

Se não estiver visualizando, clique aqui.

Outra regra da aposentadoria que passa por alterações em 2024 é a da idade mínima progressiva, que a cada ano sobe seis meses.

Em 2024, a idade mínima para as mulheres se aposentarem sobe para 58 anos e 6 meses. No caso dos homens, sobe para 63 anos e 6 meses.

E, a cada virada de ano, a exigência aumenta, até chegar aos 62 anos para as mulheres em 2031 e os 65 anos para os homens em 2027 - quando então ambos cumprirão a mesma regra válida para os brasileiros que começaram a trabalhar após a promulgação da reforma.

Lembrando que, além da idade necessária, é preciso cumprir um tempo mínimo de contribuição. Na calculadora do GLOBO, é possível fazer essa simulação.

Para quem estava perto da aposentadoria em 2019, faltando só dois anos para se aposentar, há também a regra do pedágio, que na prática exige que o trabalhador cumpra 50% a mais em relação ao tempo que faltava se aposentar quando Reforma da Previdência foi promulgada.

Para quem tem mais de 60 anos (homens) ou 57 anos (mulheres), há ainda a regra do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição - ou seja, tem que cumprir o dobro desse período em relação ao que teria que cumprir antes da reforma. São 35 anos de tempo de contribuição para homens e 30 para mulheres.

Há ainda a regra de aposentadoria por idade, que exige porém um mínimo de 15 anos de contribuição, mas que costuma ser mais vantajosa apenas para quem não conseguiu se manter no mercado de trabalho contribuindo regularmente ao **INSS** de forma contínua.

Escolher qual regra é a melhor para se aposentar varia a cada caso e também de acordo com a situação financeira do trabalhador. Por exemplo, um homem de 55 anos que começou a trabalhar com carteira assinada aos 18 anos se encaixa nas cinco regras de transição previstas na reforma.

E já pode até se aposentar, caso opte pelo pedágio de 100%, mas receberá apenas 72% do valor do benefício a que teria direito. Se esperar mais sete anos, consegue se aposentar em 2030 garantindo 100% do valor do benefício.

Uma mulher de 45 anos que tenha começado a trabalhar aos 23 anos pode optar por quatro das

regras de transição. A calculadora do GLOBO mostra que neste caso, a melhor regra, tanto considerando o valor do benefício como o tempo que é preciso esperar até a aposentadoria, é no sistema de pontos. Essa trabalhadora poderá se aposentar em 2042 recebendo 100% do seu benefício.

A Reforma da Previdência alcançou os funcionários públicos. A calculadora do GLOBO também faz simulações sobre tempo da aposentadoria para os servidores. Nesse caso, se uma servidora de 35 anos, que começou a trabalhar em 2008 e entrou para o serviço público em 2010, poderá se aposentar com a totalidade do benefício a que tem direito em 2048, aos 60 anos.

A calculadora também mostra como fica a situação dos professores tanto na rede privada quanto na pública. Uma professora de 45 anos, que começou a trabalhar aos 24 anos em sala de aula em escola privada vai conseguir se aposentar em 2036, aos 58 anos, ganhando a totalidade do benefício que poderia receber (vai depender do salário de contribuição) pelo sistema de pontos.

Se ela quiser se aposentar um ano mais cedo, vai receber 98% do rendimento se optar pelo regime de idade e tempo de contribuição.

Se for um professor da rede pública, também com 45 anos e começando a dar aulas na rede pública aos 24 anos, vai se aposentar com o benefício integral em 2040, aos 60 anos.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/15/em-2024-sera-preciso-ter-mais-pontos-para-se-aposentar-pelo-inss-entenda-a-regra-e-simule.ghtml>

# Supremo dá 18 meses ao Congresso para que regulamente a licença-paternidade

**RAYSSA MOTTA**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que o Congresso tem 18 meses para regulamentar a licença-paternidade.

Se o prazo não for cumprido, os ministros voltarão a analisar o processo, para definir os parâmetros que vão vigorar até a edição de uma lei.

"Aqui está em questão exatamente os cuidados com as crianças. A licença-paternidade tem esse sentido maior, de proteção à família", defendeu o ministro Edson Fachin.

Os ministros concluíram que deputados e senadores foram omissos no assunto. A licença-paternidade é regida até hoje por uma regra provisória estabelecida na Constituição, em 1988, que concede cinco dias de afastamento remunerado do trabalho ao pai, após o nascimento da criança.

RECUO. A decisão de ontem é resultado de um recuo do STF.

Em um primeiro momento, os ministros chegaram a debater parâmetros de transição, como o prazo da licença, que entrariam em vigor até o Congresso aprovar uma lei. Uma das propostas era equiparar a licença-paternidade à maternidade, que é de 120 dias.

Prevaleceu, no entanto, uma posição mais cautelosa. A maior preocupação dos ministros foi equilibrar o direito com os impactos que a medida teria no Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**.

O processo chegou a ser colocado em votação no plenário virtual, mas o ministro Luís Roberto Barroso pediu que o julgamento fosse transferido para o plenário físico.

Os ministros também do Supremo defenderam que a decisão é importante para equiparar o tratamento dispensado a homens e mulheres no mercado de trabalho.

AÇÃO DE 2012. O Supremo julga uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO), apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) em 2012. A ADO tem como argumento

a falta de legislação para garantir o direito à licença-paternidade, que está previsto na Constituição.

Enquanto a licença paternidade não é regulamentada, prevalece o artigo 10.º do Ato das Disposições Finais e Transitórias da Constituição, que determina que a licença-paternidade deve ser de cinco dias "até que a lei venha a disciplinar" o assunto.

Existe uma lei de 2008 que permite a prorrogação do benefício por mais 20 dias, mas somente se a empresa empregadora estiver vinculada ao Programa Empresa Cidadã, por meio do qual recebe incentivo fiscal.

Para ministros do STF

Decisão é importante para equiparar tratamento a homens e mulheres no mercado de trabalho

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# STF dá 18 meses para Congresso legislar sobre licença-paternidade

**MARIANA MUNIZ E CAROLINE NUNES (Caroline Nunes)**

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, ontem, a existência de omissão do Congresso Nacional em regulamentar a licença-paternidade. A partir de agora, o congresso tem o prazo de 18 meses para legislar sobre o tema. Com isso, o tempo de licença-paternidade poderá ser ampliado e até equiparado à licença-maternidade.

Hoje, a Constituição Federal de 1988 garante ao trabalhador uma licença-paternidade pelo prazo de cinco dias. No entanto, esse tempo, de acordo com artigo 72, deveria ser concedido até que o Congresso regulamentasse o benefício aos pais. O que, por 35 anos, não ocorreu.

Caberá também ao STF discutir quais medidas deverão ser tomadas caso o Congresso não regulamente a licença-paternidade pelo prazo de 18 meses após o julgamento.

- Hoje a licença-maternidade é concedida às mulheres por pelo menos 120 dias, mas a licença-paternidade continua sendo adotada pelo prazo de 5 dias. O julgamento determinou se efetivamente deverá ser regulamentado - explica Larissa Escuder, coordenadora da área trabalhista do escritório Jorge Advogados.

## PROJETO NO CONGRESSO

Os ministros seguiram a tese do relator, Luiz Roberto Barroso, que fez um ajuste na proposta que havia apresentado na quarta-feira. Inicialmente, ele dizia que, caso a inércia permanecesse, a licença-paternidade deveria ser igual à maternidade, de 120 dias.

Após o ajuste no texto, os ministros estabeleceram a seguinte tese, dividida em três pontos: "Existe omissão inconstitucional relativamente à edição da lei regulamentadora da licença-maternidade prevista no artigo 79, inciso 19 da CF/88.2- Fica estabelecido o prazo de 18 meses para o Congresso sanar a omissão apontada. 3-Não sobrevivendo a lei regulamentadora no prazo acima estabelecido, caberá a este Tribunal fixá-lo." Não é tão difícil chegar à conclusão quanto à existência da omissão constitucional, mas a superação da omissão não é algo tão simples, tendo em vista a

repercussão que neste caso se tem sobre a própria **Previdência Social** e, também, sobre a economia das próprias empresas que vierem a ser oneradas com esse custo -disse o decano do STF, ministro Gilmar Mendes.

Atualmente está em tramitação no Senado o projeto de lei nº 3773, que propõe equiparar a licença-paternidade à licença-maternidade.

Entre os pontos desse PL estão as licenças de 120 dias para homens e mulheres, podendo ser compartilhadas entre o casal; benefício para autônomos; e benefício salário-maternidade e paternidade com duração de 120 dias.

Mas em que situações a licença-paternidade pode ser prorrogada hoje? É o caso do Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade, que desde 2016 possibilita que o benefício seja ampliado por mais 15 dias para o servidor público que apresentar o pedido até dois dias úteis após o nascimento do filho ou da adoção, explicou Larissa. Outra opção, segundo ela, é por meio do Programa Empresa Cidadã. Nesse caso, se a empresa participar do programa, é possível prorrogar a licença por 15 dias. A solicitação deve ser feita até dois dias após parto.

No caso de adoções, a licença remunerada é garantida por lei. Os pais adotivos têm direito a 120 dias de licença remunerada e, se a empresa fizer parte do Programa Empresa Cidadã, o prazo pode ser prorrogado por mais 60 dias.

- Somente uma pessoa do casal terá direito ao afastamento, salvo em caso de morte do pai ou da mãe adotante. Além disso, outro requisito para a licença adoção, é que a criança tenha menos de 12 anos -diz Larissa.

Como é o benefício em outros países

Com cinco dias de licença-paternidade, o Brasil é um dos países com menores prazos do benefício para os pais.

Na Coreia do Sul são 52 semanas (13 meses) de licença para os pais, aponta a advogada trabalhista Raquel Nassif. do Autuori Burmann Sociedade de Advogados. No Brasil não há desconto do período de

uso do benefício, mas em alguns países há. No caso da Coreia do Sul, os vencimentos ficam em cerca de 31% do valor habitual, diz a advogada.

No Japão, os pais têm direito à licença-paternidade por 26 semanas- ou seis meses e meio. Durante o período de afastamento, os trabalhadores ganham pelo menos 66% do seu salário, aponta estudo da KPMG realizado em 2021.

Segundo a consultoria Deloitte, no Reino Unido a licença-paternidade é de até duas semanas. O trabalhador não recebe o salário integralmente. A remuneração é de £ 172,48, (R\$1.071) por semana ou 90% do salário médio semanal, o que for menor, aponta a empresa. Na França, a licença-paternidade tem duração de 28 dias, e o pai é remunerado integralmente.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# STF dá 18 meses para Congresso regulamentar licença para pais no trabalho

**Luísa Martins**

O Supremo Tribunal Federal (STF) manifestou, nesta quinta-feira, que o Congresso Nacional foi omissivo em relação à regulamentação da licença-paternidade. Por unanimidade, a corte determinou que o Parlamento legisle sobre o tema em até 18 meses. Se após esse período a inércia permanecer, a licença-paternidade será automaticamente equiparada à licença-maternidade.

Prevaleceu a tese sugerida pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso. Em julho, quando o julgamento do caso teve início em plenário virtual, outros ministros haviam apresentado divergências pontuais. Mas, após os debates, houve um consenso geral.

A licença-paternidade é prevista na Constituição Federal de 1988, mas o Legislativo nunca aprovou lei que estabelecesse por quanto tempo o benefício deve valer. Os dispositivos de transição da Constituição preveem que, nesse vácuo, a licença para os homens que se tornam pais seja de apenas cinco dias.

Segundo Barroso, a regra transitória é insuficiente para suprir a omissão. Ele apontou que os cinco dias atualmente praticados "não refletem a evolução dos papéis desempenhados por homens e mulheres na família e na sociedade nem a compreensão atual sobre o conteúdo e a extensão do direito à igualdade, em especial, à igualdade de gênero".

Além do presidente do STF, votaram para reconhecer a omissão os ministros Edson Fachin, Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Dias Toffoli. O Supremo está com um integrante a menos desde a aposentadoria da ministra Rosa Weber, em outubro. Seu sucessor, Flávio Dino, aprovado nesta semana pelo Senado, deve tomar posse apenas em 22 de fevereiro.

A decisão da corte atendeu a um pedido de parlamentares vinculadas à Secretaria da Mulher. Elas haviam pedido a Barroso para que o STF não determinasse a equiparação desde já, mas fixasse prazo para que o Congresso pudesse se debruçar sobre o tema. Segundo as deputadas, o tema vem sendo tratado com prioridade em debates com o

Congresso, com o Executivo e com a sociedade.

Se o Congresso entender pela equiparação total, pais terão o mesmo direito das mães: sair até um mês antes da data prevista para o parto e permanecerem afastados do trabalho por 120 dias. Esse é o período sugerido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), no âmbito da Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade). O órgão participa das discussões junto à Câmara.

Conforme mostrou o Valor, o impacto fiscal da medida é de até R\$ 17,5 bilhões para 2025 - dos quais R\$ 5,2 bilhões seriam custeados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), e R\$ 12,3 bilhões, pelas próprias empresas. Os números constam em relatório da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

O relatório também alerta para a necessidade de que o projeto de lei aponte a fonte de custeio e outras medidas de compensação - por exemplo, elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo e majoração ou criação de **tributos** -, já que haverá aumento de despesa pública.

Supremo determina que projeto de lei terá de apontar fonte de custeio e outras medidas de compensação

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/>

# Produtividade cresce 23% no 3º trimestre, na terceira alta consecutiva

**Lucianne Carneiro**

A produtividade do trabalho no Brasil cresceu no terceiro trimestre 2,3% em relação ao mesmo período de 2022, na terceira alta seguida nessa base de comparação, o que não ocorria desde 2017, se for excluído o ano de 2020, influenciado pela pandemia. O desempenho de 2023 parece marcar um novo momento para o indicador, segundo economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Na avaliação de Fernando Veloso, coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli do FGV Ibre, e de Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do instituto, há chance de essa expansão de produtividade se estender até 2024, ainda que num ritmo mais fraco.

"A gente não faz projeções sobre produtividade, mas há uma possibilidade que continue positiva em 2024. A magnitude certamente será menor. É preciso muito cuidado, são dados de ciclo econômico e não temos o resultado fechado de um ano", disse Veloso, no Seminário Produtividade e Mercado de Trabalho, realizado ontem pelo FGV Ibre e pelo Valor.

O aumento de 2,3% da produtividade do trabalho ocorreu no indicador calculado pela comparação do valor adicionado com as horas efetivamente trabalhadas. Os dados mostram alta de 1,4% no primeiro trimestre e de 2,7% no segundo trimestre na comparação com iguais períodos de 2022. Antes disso, foram seis trimestres seguidos de recuos e um de estabilidade nessa medida de produtividade. Variável próxima do **PIB**, o valor adicionado exclui **impostos** e subsídios.

Ao comentar os números, Veloso destacou o baixo crescimento da produtividade nas últimas décadas, com piora nos últimos anos antes da pandemia, e disse que o ano de 2023 marca um momento mais positivo.

Em 2020, houve aumento da produtividade em parte por causa do chamado efeito composição, com saída do mercado de trabalhadores menos produtivos na pandemia, e o processo foi revertido em 2021 e em 2022, explicou. Além disso, no primeiro ano da covid-19, tinha havido queda nas horas efetivamente

trabalhadas no começo da pandemia, devido às medidas de restrição à mobilidade social.

"Uma novidade em 2023 é que a produtividade tem sido positiva. Temos três trimestres de crescimento e agora o indicador está 2,6% acima do pré-pandemia. É uma expansão que marca uma diferença em relação ao que ocorria antes da pandemia e que tem sido sustentada por três trimestres", afirmou ele.

Para Barbosa Filho, esse aumento da produtividade em 2023 está ligado ao desempenho mais forte do mercado de trabalho. "Parte da surpresa com a produtividade tem a ver com a nova dinâmica do mercado de trabalho, que parece ter ganhado mais tração. Este ano, um aspecto muito importante é o crescimento dos trabalhadores com vínculo formal de trabalho, que em geral têm mais escolaridade e mais produtividade", afirmou, ressaltando que mais de 50% dos trabalhadores que entraram este ano no mercado de trabalho são formais.

No debate sobre as perspectivas para a produtividade no próximo ano, Veloso citou o crescimento sustentado ao longo de 2023, a melhora do mercado de trabalho e a expansão não apenas na produtividade como fatores que sugerem a mudança. "Há sinais de que é um fenômeno mais amplo e eu tenderia a ser mais otimista do que fui no passado", afirmou Veloso.

O perfil espalhado de expansão da produtividade chama atenção. No terceiro trimestre, a produtividade do trabalho na agropecuária cresceu 14,6% ante igual período de 2022, acompanhada por altas de 3,3% na indústria e 0,8% nos serviços. Foi o segundo trimestre seguido de expansão da produtividade nos três setores, ainda que a taxas díspares.

Reformas feitas nos últimos anos podem ter começado a render frutos, caso da trabalhista e da previdenciária, e de mudanças no mercado de crédito e no marco de saneamento, na visão de Veloso. São iniciativas que tendem a tornar a economia mais eficiente. No atual governo, embora haja disposição de alguns integrantes de reverter algumas mudanças, a **reforma tributária** deve ser aprovada. Além disso, houve a aprovação do marco de garantias. Um ponto ainda a ser resolvido é a incerteza sobre as contas públicas, ainda que o novo arcabouço fiscal tenha reduzido o risco de cenário mais extremos, avalia ele.

Ao analisar as perspectivas para 2024, Barbosa Filho ressaltou a importância de se observar se haverá continuidade do maior dinamismo no setor formal de trabalho como ocorreu em 2023. Além disso, ele lembrou que a expansão consistente da produtividade do trabalho depende que isso ocorra no setor de serviços, que responde por dois terços do **PIB** pelo lado da oferta.

Os dois concordam que a **reforma tributária** deve trazer ganhos para a produtividade do país, mesmo com "penduricalhos" e distorções. "Apesar de todos os penduricalhos, os ganhos de uma **reforma tributária**, de uma alíquota única, são ganhos de produtividade e duram vários anos", disse Barbosa Filho, embora lembre da "perda de benefícios" com a reforma por causa dessas distorções.

"Uma novidade em 2023 é que a produtividade tem sido positiva" Fernando Veloso

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/>

# "Nova globalização" é necessária, defende Haddad

**Jéssica Sant"Ana**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu nessa quinta-feira a construção de uma nova globalização, baseada em preocupações socioambientais, durante a presidência do Brasil no G20. Ele admitiu que a agenda é ambiciosa e de difícil implementação, mas disse que o país assume a missão de liderar as discussões com "otimismo".

"Após as grandes esperanças das décadas de 90 e 2000 que conduziram à crise financeira de 2008, ficou claro que o tipo de globalização que de fato estava acontecendo, baseada apenas na eficiência dos mercados e na procura de lucros cada vez mais elevados, não estava a serviço da maioria da humanidade, além de acelerar as mudanças climáticas", afirmou o ministro durante fala na abertura da trilha financeira do G20. A Fazenda lidera essa trilha.

"Temos de construir uma nova globalização, baseada em preocupações socioambientais, uma reglobalização socioambiental que funcione para todos e nos ajude a acelerar o desenvolvimento sustentável", defendeu Haddad.

No início do seu discurso, ele lembrou que as prioridades do Brasil no G20 são: luta contra a fome e a desigualdade; desenvolvimento sustentável e transição energética; e a reforma da governança global. "Sabemos que é uma agenda ambiciosa. Sabemos também que fazê-la avançar em circunstâncias desafiadoras como as que enfrentamos atualmente não será fácil", ponderou.

Para o ministro, a dificuldade existe porque o mundo vive uma policrise, com estagnação do progresso na erradicação da fome e da pobreza extrema, desigualdade global de riqueza, condições financeiras e monetárias mais restritivas e bancos multilaterais e organizações internacionais não bem equipados para enfrentar esses problemas.

Por isso, disse ele, o Brasil "assume a presidência do G20 com otimismo, mas também com senso de realismo e pragmatismo".

Ele defendeu que os temas da desigualdade e impactos distributivos devam ser "totalmente

integrados na discussão das políticas macroeconômicas".

"Além disso, os países precisam aumentar o espaço fiscal para apoiar investimentos públicos que promovam as transformações necessárias para combater a desigualdade e impulsionar uma transição energética global justa", complementou Haddad.

Outra preocupação do Brasil é com o fortalecimento dos bancos multilaterais de desenvolvimento. "Garantir uma verdadeira rede de segurança financeira global depende de novos fluxos concessionais, mas também do cumprimento dos compromissos de longa data dos membros das instituições de Bretton Woods [ FMI e Banco Mundial]", cobrou Haddad.

Ele também disse que o Brasil quer melhorar a eficiência dos fluxos financeiros para os países que mais necessitam de recursos para cumprir suas metas de descarbonização. "Por essa razão, precisamos rever cuidadosamente o funcionamento dos principais fundos climáticos existentes, bem como continuarmos discussões sobre o ambiente regulamentar que permitirá fluxos maciços de recursos para o Sul Global."

Em relação à agenda de saúde, o ministro falou em "acordos de troca de dívida por saúde". "Vemos isto como uma via para abordar vulnerabilidades fiscais nos países de baixo renda e mobilizar recursos para investimento nos seus sistemas de saúde."

O ministro terminou seu discurso falando da importância de o grupo buscar soluções para fazer com que os mais ricos do mundo paguem sua contribuição em **impostos**. "Vindo de um processo de **reforma tributária** no Brasil, tenho uma convicção particularmente forte sobre a necessidade de reforçar a cooperação global nesta área", disse.

"Procuraremos expandir a agenda tributária internacional para além das negociações da OCDE. Ouvimos vozes do Sul Global exigindo tributação da riqueza e outras soluções para fazer com que mais ricos do mundo paguem **impostos**", defendeu Haddad.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/>

# Ranking busca mostrar como deputados e senadores encarecem conta de luz; veja

**Alexa Salomão**

A Frente Nacional dos Consumidores de Energia divulgou o primeiro ranking que mede o desempenho do Congresso nas decisões que afetam o custo e a regulação da área de energia elétrica .

Intitulado Ranking dos Parlamentares Amigos dos Consumidores de Energia , o levantamento detalha o movimento de congressistas, bancadas e partidos, por gênero e região do país.

"Há o reconhecimento de que o Congresso desempenha papel crucial na elaboração, revisão e aprovação de lei, e influenciam o setor", afirmou Luiz Eduardo Barata, presidente da frente, ao anunciar o ranking, nesta quinta-feira (14).

Barata lembrou que os subsídios pagos na conta de luz pelos consumidores somam R\$ 34 bilhões neste ano, e a projeção é que chegarão a R\$ 37 bilhões em 2024. Muitos estão sendo elevados pelo Congresso.

Ele também destacou que os parlamentares têm apresentado medidas que provocam insegurança jurídica, por interferirem em decisões do órgão regulador, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

"Algumas medidas importantes têm sido aprovadas no Congresso sem respaldo técnico ou análise de impacto regulatório e financeiro, além da falta de debate em comissões e da participação efetiva da sociedade, contribuindo para que o Brasil tenha uma conta de luz entre a mais elevadas."

O ranking, explica Barata, vai avaliar os parlamentares e suas proposições dentro desse contexto.

A listagem está subdividida. Inclui os melhores e piores amigos do consumidor no Congresso e nas respectivas Casas, Câmara e Senado .

A posição do parlamentar é definida por sua relação com 12 proposições selecionadas pela Frente -quatro beneficiaram o consumidor, e somam pontos a favor, e outras oito prejudicaram e levam a nota para o terreno negativo (veja rankings e medidas abaixo).

Na lista geral, que abarca todo o Congresso, o

parlamentar apontado como "melhor amigo" dos consumidores de energia é o deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP).

Ele foi um dos 16 deputados que votaram contra a desfiguração do projeto de lei 11.247/2018, que trata das eólicas em alto-mar. O texto foi aprovado por esmagadora maioria de 403 votos na Câmara.

Emendas alheias à proposta original, os chamados jabutis, desfiguraram o texto, criando o risco de elevar a conta de luz do brasileiros, de uma vez só, em 11% , caso seja aprovado no Senado.

Pelos critérios da elaboração do ranking, o apoio a esse PL tira 10 pontos do parlamentar.

Kataguiri agradeceu a colocação. "É uma honra receber o reconhecimento por votar contra os interesses mesquinhos, corporativistas e patrimonialistas que aumentam os **tributos** e subsídios cruzados cada vez mais presentes na nossa conta de luz", afirmou à Folha .

A reportagem também fez contato com parlamentares que foram ranqueados como "menos amigos" dos consumidores de energia.

O Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), primeiro na modalidade do ranking na Casa e também no Congresso, enviou nota questionando a legitimidade da frente e a metodologia de análise dos projetos.

Como exemplo usou o PL 712/2019, que cria benefícios para o carvão de Santa Catarina abastecer usinas térmicas. A proposta é de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC) e relatado por Vital.

"A avaliação não levou em consideração as consequências positivas do projeto, tendo em vista que a frente posicionou-se integralmente contrária a ele", afirmou.

O senador disse que esse PL prevê uma subvenção econômica para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, que reúne os subsídios no setor de energia) para amenizar tarifas de consumidores das distribuidoras com mercado próprio anual e inferior a 350 GWh (gigawatts/hora).

"A subvenção garante a modicidade nas tarifas de pequenas distribuidoras", disse. "Desse modo, a metodologia falhou ao considerar o projeto como merecedor de pontuação negativa para fins de composição do ranking."

Esperidião Amin, o segundo colocado na categoria "menos amigo" na lista do Senado e décimo na lista geral, disse à Folha que não podia comentar a posição, porque ainda tinha recebido o ranking e seus critérios.

No entanto, a título de exemplo, ele destacou o trabalho que vem realizando para esclarecer o destino dos financiamentos da Usina de Itaipu para obra e projetos no Paraná. A iniciativa é bancada com dinheiro da tarifa de energia cobrada de consumidores de Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

"Os projetos socioambientais de Itaipu consistem em dar dinheiro a municípios, e eles jogam isso na conta de luz. Eu sou o único que protesta e age contra isso desde maio. O ranking observa esse trabalho?"

Os deputados Danilo Forte (União Brasil- CE) e Celso Russomanno (Republicanos-SP), respectivamente quinto e oito "piores amigos" dos consumidores no ranking do Congresso, rejeitaram a indicação.

Forte disse à Folha que não reconhece a legitimidade da Frente.

"Um levantamento feito por uma instituição ligada ao lobby dos grandes consumidores, que sempre lutaram contra o andar de baixo, para constranger parlamentares, não tem a menor credibilidade. Tanto que, para garantir reserva de mercado, esses lobistas foram o principal entrave para o avanço do PL 414, que previa a entrada dos demais consumidores no mercado livre", afirmou.

Forte atua em temas do setor elétrico. Duas iniciativas que servem de base para dar nota aos parlamentares no ranking são de sua autoria.

O PDL (projeto de decreto legislativo) 365/2022 busca rever uma norma criada pela Aneel e altera a cobrança da tarifa de transmissão. A outra proposta é a emenda 54 na medida provisória de reestruturação ministerial (MPV 1.154/2023). Ela propôs a criação de uma instituição para supervisionar agências reguladoras.

Na avaliação da Frente, por colocarem em risco a autonomia das agências reguladoras, o apoio a ambas propostas tem, cada uma, pontuação -6 no ranking.

Já Russomanno é autor do PL 2.703/2022, que

umenta benefícios para quem tem geração distribuída, especialmente a solar, e estende para quem tem PCHs (pequenas centrais hidrelétricas).

A medida transfere despesas para os demais consumidores e, por isso, a proposta tem peso -4. O deputado afirmou à Folha nem sequer saber da existência da frente.

"Só pode ser brincadeira. Acabei de propor e assinar uma CPI para fiscalizar distribuidoras, e estão dizendo que não defendo o consumidor? É triste. Quero ver as pessoas dessa frente no meu lugar, fazendo que eu faço. Eu vou para rua, estou no Congresso defendendo o consumidor", disse.

Presidida por Barata, que foi superintendente e presidente do conselho de administração da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), secretário-executivo do MME (Ministério de Minas e Energia) e diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), a frente reúne 12 organizações.

A Folha fez contato com as assessorias de imprensa dos deputados Rodrigo de Castro (União Brasil-MG) e Zé Vitor (PL-MG) que estão juntos em segundo lugar na lista dos menos amigos dos consumidores no ranking geral do Congresso. Não houve resposta até a publicação deste texto.

Castro preside a Comissão de Minas e Energia da Câmara e lidera o ranking de "pior amigo" na Câmara. Ele propôs a chamada emenda brasduto (EMC 5 do PL 2.316/2022) - uma rede de gasodutos que chegou a ser estimada em R\$ 100 bilhões, mas nenhum dos projetos vingou.

Já Zé Vitor foi relator do PL das eólicas em alto-mar que beneficia até carvão.

## 1ª EDIÇÃO DO RANKING PARLAMENTAR DOS CONSUMIDORES DE ENERGIA

### RANKING GERAL DO CONGRESSO

Mais amigos

Menos amigos

### RANKING DA CÂMARA

Top 3 - mais amigos

Top 3 - menos amigos

### RANKING DO SENADO

Top 3 - mais amigos

Top 3 - menos amigos

## OS 12 PROJETOS QUE PESARAM NA ELABORAÇÃO DO RANKING

- 1) Modernização do Setor Elétrico
- 2) **Reforma Tributária**
- 3) Hidrogênio verde
- 4) Privatização da Eletrobras com emendas que obrigam a instalação de 8 GW de térmicas a gás
- 5) Benefícios para o carvão de Santa Catarina
- 6) Regulamentação de eólicas além mar
- 7) Crise hídrica
- 8) Emenda Brasduto
- 9) Criação de instituição para supervisionar agências reguladoras
- 10) Suspensão do Sinal Locacional aprovado pela Aneel
- 11) Aumento de benefícios à geração distribuída e extensão a PCHs
- 12) Extensão do prazo para subsídios à Geração Distribuída

## A FRENTE NACIONAL DOS CONSUMIDORES DE ENERGIA

Fundação: agosto de 2022

Integrantes

Apoio

**Site:**

***<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/ranking-busca-mostrar-como-deputados-e-senadores-encarecem-conta-de-luz-veja.shtml>***

# Câmara pode votar reforma tributária e MP que eleva arrecadação do governo nesta sexta

Por g1 e TV Globo - Brasília

>> veja ao longo da reportagem mais detalhes sobre cada um desses textos

A votação de projetos no plenário da Câmara em uma sexta-feira é atípica - em geral, os deputados já até retornaram para suas bases eleitorais a essa altura da semana. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), liberou a participação remota dos parlamentares para garantir número suficiente de votos.

A **reforma tributária** tramita na forma de uma proposta de Emenda à Constituição (PEC), por exemplo - e, pra ser aprovada, requer pelo menos 308 votos sim .

Líderes partidários passaram a quinta (14) em negociação para tentar destravar pontos das duas propostas. Arthur Lira também se encontrou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tentar harmonizar os interesses de deputados e senadores na versão final da **reforma tributária**.

O acordo avançou ao longo do dia mas, já quase na madrugada, Lira anunciou que reabriria os trabalhos na manhã desta sexta.

Entre os temas que geram discordância entre Câmara e Senado, estão exceções incluídas pelos senadores na **reforma tributária**, como a criação de um imposto adicional sobre bens produzidos em todo o país que disputem mercado com a produção da Zona Franca de Manaus e a prorrogação de incentivos fiscais para montadoras no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste.

Pacheco também defende que a Câmara mantenha a alíquota diferenciada de tributação para os chamados profissionais liberais - advogados, arquitetos e médicos, por exemplo. Os deputados negociavam acordo para excluir esse trecho da PEC.

A **reforma tributária**, se aprovada e promulgada, vai alterar a dinâmica de cobrança dos **impostos** sobre o consumo no país. O tema é discutido há cerca de 30 anos no Congresso e, até então, era tratado como um desafio insuperável.

A proposta introduz o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) no sistema tributário nacional. Segundo o texto, cinco **impostos** que existem hoje serão substituídos por dois IVAs:

?? Três **tributos** federais (PIS, Cofins e IPI) dão origem à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal;

?? ICMS (estadual) e do ISS (municipal) serão unificados no formato do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com gestão compartilhada entre estados e municípios.

O texto também define temas como: o percentual que será cobrado como imposto sobre consumo, a tributação da cesta básica, os setores que terão direito a alíquotas diferenciadas (ou isenção total), o imposto adicional sobre atividades nocivas ( imposto do pecado ) e as vantagens para a produção na Zona Franca de Manaus.

A MP 1.185 define regras para as empresas usarem benefícios fiscais já concedidos pelos estados e validados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) na arrecadação de ICMS.

A concessão de benefícios de ICMS é prática comum dos governos estaduais e do Distrito Federal. Ao reduzir o imposto cobrado em determinado bem ou serviço, o estado tenta atrair as empresas daquele setor para se instalarem em seu território - o que eleva a arrecadação nos anos seguintes, mesmo com o desconto .

O problema, segundo o governo federal, é que esse benefício oferecido pelos governos locais tem impacto indireto na arrecadação federal.

O ICMS é um imposto estadual, mas o abatimento dele impacta a base de cálculo de **impostos** federais como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o PIS-Cofins.

Na medida provisória, o governo federal diz que aceita

validar essa redução dos **impostos** federais a partir do desconto do ICMS - mas só quando essa margem adicional das empresas for usada para investimentos.

Se as firmas usarem essa subvenção para custear suas atividades, não terão mais o direito de reduzir a base de cálculo dos **impostos** federais. Com isso, terão de pagar mais imposto à União.

O governo estima que essa arrecadação adicional - incluindo a cobrança retroativa de parte do abatimento indevido de anos anteriores - pode chegar a R\$ 35 bilhões em 2024.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/12/15/camara-pode-votar-reforma-tributaria-e-mp-que-eleva-arrecadacao-do-governo-nesta-sexta.ghtml>**

# Lira diz que Câmara votará reforma tributária nesta sexta

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse na noite de quinta-feira que a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** será votada pelo plenário da Casa nesta sexta-feira.

Hoje terminamos os ajustes para votar a tributária amanhã (sexta) de maneira virtual, disse Lira, segundo a Agência Câmara Notícias.

Por se tratar de uma PEC, a **reforma tributária** precisa dos votos favoráveis de 308 deputados em dois turnos de votação para ser aprovada pela Casa.

Se os deputados alterarem o texto da PEC que veio do Senado, a reforma terá de ser novamente apreciada pelos senadores, que mudaram o texto que já havia sido aprovado pela Câmara. Por se tratar de uma mudança constitucional, as duas Casas legislativas precisam ter um consenso em relação ao texto.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, querem ver a PEC da **reforma tributária** promulgada ainda neste ano.

**Site:** <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/lira-diz-que-camara-votara-reforma-tributaria-nesta-sexta,c160dfd8eb1996a09f221a3041c2dc28qaej359m.htm>

|

# Frentes parlamentares apertam o cerco contra e-commerce estrangeiro - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu ofício com um pedido para que revogue a medida que, desde agosto, concede isenção de **impostos** federais aos sites estrangeiros de e-commerce nas mercadorias importadas de até US\$ 50. Assinaram o documento cinco frentes parlamentares (Empreendedorismo; Comércio e Serviços; Desenvolvimento da Indústria Têxtil e Confecção; Indústria de Máquinas e Equipamentos; e Defesa dos Coureiros) que integram, com as associações da indústria, varejo e de trabalhadores, a recém-lançada Coalizão Força Têxtil Brasil. Os setores de indústria e varejo têxteis e de calçados estão entre os mais atingidos pela isenção de **tributos** aos sites estrangeiros. No ofício enviado a Haddad, as frentes parlamentares afirmam que 1,7 milhão de empregos estão ameaçados pela isenção. No ranking dos maiores empregadores brasileiros, os setores têxtil e de calçados aparecem em segundo lugar.

Bolsa quebra recorde. Em dólar, contudo, marca não foi superada

Os investidores do mercado de ações comemoraram, ontem, o recorde do Ibovespa, o principal índice da bolsa brasileira, que atingiu o seu maior patamar histórico, aos 130,8 mil pontos. A depender da métrica utilizada, porém, as melhores marcas de todos os tempos ainda não foram batidas. Em dólar, o topo do índice foi alcançado em maio de 2008 - por essa comparação, o indicador ainda precisaria avançar 40% para estabelecer um novo recorde. Em 2008, assim como agora, Lula era o presidente.

Mercado de luxo cresce sem parar no Brasil

Se existe um mercado que não decepciona, é o de luxo. Um estudo feito pela consultoria Bain Company estima que o setor quase dobrará de tamanho no Brasil até 2030, para um faturamento de R\$ 133 bilhões. Em 2022, suas receitas somaram R\$ 74 bilhões. Embora a parcela da população que se enquadra na alta renda seja inferior a 1%, seu poder aquisitivo soma R\$ 3,5 trilhões, o que explica, em boa medida, a pujança do segmento. No mercado de luxo, os itens mais vendidos são roupas e acessórios.

Projeto social da Fundação Dom Cabral avança na

formação de jovens

A escola de negócios Fundação Dom Cabral fechará 2023 com uma importante marca na área social. Seu programa Raízes, que oferece formação gratuita para jovens entre 15 e 17 anos com perfil empreendedor, atendeu 600 pessoas neste ano - trata-se de um crescimento de 608% em relação a 2022. De forma geral, o Raízes é voltado a estudantes da rede pública, jovens aprendizes indicados por empresas parceiras ou que morem em regiões de vulnerabilidade social de qualquer lugar do país.

Rapidinhas

» A empresa de logística Total Express criou uma companhia aérea de cargas que nasce com a ambição de atuar no país inteiro. Chamada Anivia Serviços Aéreos, ela contará inicialmente com um Boeing 737-300F, com capacidade para transportar 18,6 toneladas, e que fará a rota São Paulo-Manaus de olho nas mercadorias da Zona Franca.

» Os bancos descobriram um novo nicho de mercado: contas digitais voltadas para crianças e adolescentes. Instituições como Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Itaú possuem produtos para menores de idade, como cartão de crédito, Pix e até opções de investimentos. Para especialistas, as contas exercem papel vital na educação financeira.

» Mais uma boa notícia trazida pelo agronegócio brasileiro. Segundo o Ministério da Agricultura, o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária atingiu, até novembro, o recorde de R\$ 1,1 trilhão, cifra 2,5% superior à obtida no mesmo período de 2022. Culturas como cana, milho e soja quebraram recordes de produção.

» Os excessos do clima deverão encarecer a conta de luz no país. Pelo menos é isso o que diz a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace). Segundo a entidade, as altas temperaturas associadas às irregularidades no regime de chuvas deverão fazer com que a fatura aumente entre 6 e 10% em 2024.

"O desenho final da **reforma tributária**, do ponto de vista da eficiência produtiva da economia, me parece muito bom, e vai gerar um ganho grande de

produtividade nas próximas duas décadas. É a reforma mais estruturante que fizemos desde o Plano Real"

Samuel Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) e chefe de pesquisa econômica do Julius Baer Family Office

18%

foi quanto cresceu o financiamento de veículos no Brasil de janeiro a novembro versus igual período do ano passado, segundo levantamento da B3

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/15/all.pdf>**

# Cesta básica: mudanças essenciais e necessárias (Artigo)

**GEYZE DINIZ**

Em maio deste ano, quando fundamos o Pacto Contra a Fome, estabelecemos como visão chegar a 2030 sem nenhuma pessoa com fome e, em 2040, com todos os brasileiros bem alimentados. Hoje, 33 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, fome.

É inadmissível pensar que um país que produz 161 milhões de toneladas de alimentos, segundo dados da Embrapa, tenha seis em cada 10 cidadãos vivendo sob algum grau de insegurança alimentar.

O desafio a ser enfrentado para garantir comida na mesa é imenso e multifacetado. Apenas com a união da iniciativa privada, sociedade civil organizada e governos seremos capazes de vencer a perversa dinâmica da fome.

A alimentação é um direito garantido pela Constituição em seu artigo 6º. E essa garantia legal pode ter avanços à medida que a PEC 45/2019, que trata da **reforma tributária**, for aprovada no Congresso. O artigo 8º da proposta determina que a Cesta Básica Nacional garanta aos brasileiros uma alimentação saudável, respeitando aspectos regionais e culturais.

A inclusão desses critérios no texto aprovado pelo Senado e em discussão na Câmara é fruto do diálogo entre parlamentares e o Pacto Contra a Fome, apoiado por parceiros como Ação da Cidadania, Banco de Alimentos, Comida do Amanhã, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Gastromotiva.

Se aprovado, o texto norteará as discussões quanto à composição da cesta, feita posteriormente por meio de lei complementar. A inclusão é fundamental para garantir o acesso da população aos produtos, uma vez que está atrelada à incidência de **impostos** e ao preço.

Apesar de aparentemente singela, a mudança traz impactos significativos. A Cesta Básica Nacional é uma forma de estabelecer diretrizes para as demais políticas públicas de segurança alimentar. Além de ser um elemento norteador para questões de renda, como o Bolsa Família e o salário mínimo.

A longo prazo, a inclusão de produtos mais saudáveis à cesta básica causa uma mudança de hábitos alimentares, estimulando novas decisões de consumo e venda. Segundo recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), um adulto deve ingerir diariamente ao menos 400 gramas de frutas e hortaliças. No entanto, apenas 22,1% dos brasileiros consomem essa quantidade, de acordo com dados da Vigitel de 2021.

O resultado da alimentação inadequada pode ser visto nos indicadores de saúde. As chamadas doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e obesidade, são a principal causa de mortes de adultos no Brasil. Em 2018, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou R\$ 3,45 bilhões para custear esses tratamentos, segundo estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Além disso, a má alimentação está produzindo uma geração de crianças com deficiências alimentares que prejudicam seu desenvolvimento físico e cognitivo. É um problema atual, mas que compromete o futuro e impacta, a médio e longo prazo, o desenvolvimento econômico e social.

Soma-se a isso o fato de o Brasil, país de dimensão continental e biodiversidade ímpar, viver um processo de padronização alimentar. Estudo realizado pelo professor de economia da Unicamp Walter Belik apontou que 45% do consumo brasileiro está limitado a 10 produtos. Essa restrição traz riscos à saúde e também impacta negativamente a cultura e os saberes tradicionais locais, que acabam se perdendo com a massificação de padrão alimentar.

A mudança possível que se inicia com a aprovação do artigo 8º da PEC 45/2019 é, portanto, necessária para garantir o acesso da população à comida saudável e de qualidade e, com as políticas públicas adequadas e o apoio da sociedade civil e do terceiro setor, um novo paradigma alimentar, melhorando indicadores de saúde e econômicos e novos arranjos produtivos capazes de gerar trabalho e renda. É o ponto de partida capaz de promover ações estruturantes no Brasil de agora e do futuro.

\*Geyze Diniz é cofundadora e presidente do conselho do Pacto Contra a Fome

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/15/all.pdf>**

# Orçamento de R\$ 61 bi para 2024

A Câmara Legislativa encerrou o ano legislativo com a aprovação de mais de 100 projetos. O Projeto de Lei nº 613/2023, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2024, a chamada Lei Orçamentária Anual (LOA) foi aprovado em dois turnos com orçamento total de R\$ 61 bilhões, valor que compreende receitas próprias do DF e do Fundo Constitucional (FCDF).

No projeto consta o acréscimo de 6,6% da verba aprovada pelos distritais em 2023. O GDF detalhou a LOA em R\$ 37,8 bi, que são de arrecadação de **tributos e impostos**. Na proposta, constam gastos fiscais, que são para custeios de obras e pessoal, orçados em R\$ 28,7 bi. Com previdência, saúde e assistência social, o orçamento é de R\$ 7 bi. Para as estatais, os valores destinados são de R\$ 2 bi.

Do montante do orçamento do Executivo local constam R\$ 23,2 bilhões de recursos do Fundo Constitucional.

Para a segurança pública, que são mantidos integralmente pelo Fundo, giram em torno de R\$ 10,7 bi. Para as pastas da saúde e educação, ocorreu divergências entre os parlamentares.

Somado o FCDF e os recursos do GDF, a educação passará de R\$ 12,9 bilhões para R\$ 13,3 bilhões em 2024. Na saúde, os distritais aprovaram o valor de R\$ 11,9 bi. No entanto, no projeto enviado pelo Executivo à Câmara Legislativa, os valores passarão a ser R\$ 11,6 bi.

**Site:**

***<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>***

# Principal medida de Haddad para arrecadação avança

**VICTORIA ABELE RENAN MONTEIRO**  
*economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

A medida provisória (MP) que aumenta a tributação federal sobre grandes empresas que têm benefícios de ICMS para custeio foi aprovada ontem pela Comissão Mista, de deputados e senadores, que analisa o tema. A aprovação foi por 17 votos a 8. O texto segue agora para análise dos plenários da Câmara e, depois, do Senado.

A MP é a principal medida de arrecadação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, neste fim de ano. Ele espera levantar R\$ 35 bilhões com a medida no ano que vem, o que é fundamental para atingir a meta de zerar o rombo nas contas públicas. Ontem, mesmo com a MP desidratada, Haddad disse que a previsão de arrecadação está mantida.

O relator da proposta, Luiz Fernando Faria (PSD-MG), acrescentou empresas de comércio de bens e serviços, como supermercados, entre aquelas que podem pedir devolução de **impostos** federais. Antes o benefício era dado principalmente a indústrias.

A MP retoma parte da tributação federal de grandes empresas que hoje têm isenções fiscais no ICMS. Essa isenção reduz a base do IRPJ, CSLL e PIS/Cofins para investimentos e custeio.

## MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

A partir da aprovação da proposta, as empresas poderão continuar abatendo apenas 25% do IRPJ sobre custos com investimentos, como compra de maquinário, terrenos, itens que se depreciam com o tempo. Passará a ser necessário o pagamento de CSLL e PIS/ Cofins para investimentos e a quitação dos três **tributos** sobre custeio, como compra de matéria-prima e contratação de pessoal.

- Mesmo crédito tributário que valia para os outros, nós incluímos o comércio. Uma rede de supermercados, por exemplo, faz um investimento ou expansão. Ela pode se beneficiar dos créditos, assim como a indústria -disse Faria.

A medida também traz o desconto de 80% sobre as dívidas tributárias acumuladas pelas empresas. O texto inicial do governo previa o pagamento total.

O mesmo texto do relator também incluiu mudanças nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade de distribuição de lucros de acionistas em grandes empresas, que tem dedução de **impostos**. Inicialmente, a expectativa era de R\$ 10 bilhões de ganho com o fim do JCP. Haddad admite, porém, que essa arrecadação será menor, porque o texto mudou. Por isso, ele disse que apresentará na semana que vem medidas de compensação. Segundo ele, são ações que não dependem de análise de parlamentares: -Nós vamos tomar medidas neste ano ainda para compensar.

As limitações colocadas no JCP pelo relator, em acordo com o governo, são essencialmente sobre critérios contábeis usados para calcular o JCP. É uma maneira de evitar o planejamento tributário.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Cada deputado terá R\$ 2,7 milhões em emendas

## FELIPE GRINBERG

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou ontem a primeira Lei Orçamentária Anual (LOA) do estado com recursos destinados a emendas impositivas. Serão R\$ 190 milhões para atender a projetos dos 70 deputados da Casa. O montante é 0,37% da receita anual de **impostos**, como o ICMS e o IPVA. Este ano, cada parlamentar vai dispor de R\$ 2,7 milhões para bancar ações e obras que escolher, desde que sejam compatíveis com os planos Plurianual e Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do governo. O governo estadual calcula que terá em 2024 um déficit de R\$8,5 bilhões-R\$ 113 bilhões em despesas, frente a uma arrecadação de R\$ 104,5 bilhões.

Averba destinada aos parlamentares não poderá ser usada para pagamento de pessoal, transferência direta para os cofres de municípios ou pagamento de dívidas. Ainda há a obrigação de destinar 30% para a Saúde e outros 30% para a Educação.

Líder do PL, maior bancada da Alerj, Anderson Moraes diz que não houve orientação do partido de como os deputados deveriam destinar os recursos.

-Enviei para as secretarias estadual de Saúde, de Cidades e a parte da Educação para a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec). É um avanço importante. Embora o valor não seja tão alto, como em Brasília, às vezes somos cobrados nas ruas, mas ficávamos de mãos atadas-diz Moraes.

## DISCUSSÃO POR MAIS VERBA

A Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados, em Brasília, aprovou esta semana a Lei de Diretrizes Orçamentárias com R\$ 25 bilhões para emendas individuais e R\$ 12 bilhões para as de bancadas.

Na Alerj, deputados de oposição já planejam negociar um aumento das emendas impositivas. Líder do PSOL, Yuri defende uma progressão do percentual da receita.

- Destinamos nossa parte para a prevenção de tragédias, moradias e a Defesa Civil, em Petrópolis. Também destinamos para a Região Centro-Sul. Há um acordo em discussão (do aumento). Vai ser uma

oportunidade inclusive para avançarmos em questões de descentralização dos investimentos, fortalecendo, inclusive, o debate pelo orçamento participativo -diz o parlamentar

Na mensagem enviada pelo governo do Rio à Alerj, só vão receber mais recursos em 2024 as rubricas da Segurança, de Urbanismo, da Saúde e de Transportes, além de Encargos Especiais (como dívidas e indenizações). Na outra ponta, com mais perdas, ficaram a Previdência, a Reserva de Contingência e a Agricultura.

Na tentativa de reduzir o rombo no orçamento, o estado deve ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para deixar de pagar juros sobre sua dívida com a União.

- A Assembleia fez um grande esforço para aumentar as receitas na última semana. E onde que está o calcanhar de Aquiles? É na renegociação da dívida. É fundamental que haja algum fato novo sobre o tema - diz André Corrêa (PP), relator do Orçamento.

A redação final do orçamento foi votada ontem, mas os valores ainda serão atualizados com as 2,8 mil emendas de deputados aprovadas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# CNI vê atividade mais fraca em 2024

**Fernanda Strickland**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) prevê desempenho mais fraco do setor e da economia em 2024. A entidade estima um crescimento de 0,9% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) industrial e de 1,7% para o **PIB** total do país. As previsões constam do documento Informe Conjuntural: Economia Brasileira 2023- 2024, divulgado ontem.

Neste ano, a expectativa é de que o **PIB** tenha expansão de 3%, o mesmo percentual de 2022. "O destaque é o setor agropecuário", explicou o gerente executivo de economia da CNI, Mário Sérgio Teles. "O grande crescimento da agropecuária vem do aumento da safra e também de uma redução de custos que aumentou o valor adicionado do setor." No entanto, "o resultado positivo de 2023 não dá início a um novo ciclo de desenvolvimento", avalia o documento. De acordo com a CNI, "o **PIB** atual foi construído sobre fatores conjunturais excepcionais, como o expressivo crescimento da agropecuária, mas com queda dos investimentos produtivos".

Nas indústrias de transformação e de construção, a previsão de crescimento para 2024 é mais modesta, de 0,3% e 0,7%, respectivamente.

As altas, no entanto, recuperam as quedas de 0,7% e de 0,6% verificadas neste ano.

O levantamento aposta na manutenção do patamar elevado de atividade no setor de serviços em 2024, mas com acomodação do ritmo de crescimento.

A previsão para 2024 é de que o **PIB** do setor aumente 1,9%.

"Por um lado, o poder de compra das famílias deve seguir em alta, alinhado com a continuidade da expansão - ainda que mais moderada - da massa salarial", aponta o relatório.

A avaliação é de que o consumo das famílias, depois de crescer 2,6%, ainda tenha avanço de 1,8% em 2024.

Dois fatores devem agir para sustentar o consumo das famílias, de acordo com a CNI: o reajuste esperado de 7,7% do salário mínimo, e o pagamento de R\$ 95 bilhões em precatórios no início do próximo ano.

"Pelo lado do crédito, esperamos uma melhora do

ambiente, com queda no endividamento e crescimento real das concessões, em linha com a esperada queda de juros", pontua a pesquisa. Porém, a expectativa é de perda de ritmo do mercado de trabalho, que será "o principal fator para a redução do ritmo de crescimento do consumo das famílias em 2024".

Na agropecuária, a expansão prevista é de 0,2%, devido às mudanças no regime de chuvas provocadas pelo fenômeno El Niño, que devem impedir a repetição da forte alta de 2023. A pesquisa destaca ainda que o setor agropecuário vem de uma base de comparação elevada, "então, ainda que o crescimento esperado para 2024 seja moderado, representa a continuidade de um patamar elevado de produção, mesmo diante do aumento dos riscos climáticos", afirma a pesquisa.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/15/all.pdf>

# Embalada pelo Fed, Bolsa bate recorde

**Rosana Hessel**

Um dia após as decisões dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos (Fed) sobre juros, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) aproveitou o bom humor dos mercados internacionais, operou no azul e registrou, ontem, novo recorde histórico, em meio a uma série de votações de matérias econômicas no Congresso Nacional.

O Índice Bovespa (Ibovespa), principal indicador da B3, fechou o pregão com alta de 1,06%, a 130.842 pontos, maior patamar desde junho de 2021, quando chegou a 130.776 pontos. No mês, o Ibovespa avançou 2,76% e, no acumulado do ano, registra salto de 19,24% - o melhor desempenho desde 2019.

Com o otimismo dos mercados, o dólar comercial recuou 0,12% em relação à véspera e fechou o dia negociado a R\$ 4,915 para venda. O volume negociado na B3 somou R\$ 34,2 bilhões, abaixo dos R\$ 40 bilhões projetados pelos operadores.

Na quarta-feira, o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) decidiu manter os juros básicos no intervalo entre 5,25% e 5,50% e sinalizou cortes no próximo ano. Enquanto isso, o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, o Copom, manteve o ritmo de redução da taxa básica da economia (Selic), que passou de 12,25% para 11,75% ao ano, e informou que manterá o ritmo atual de corte nos juros de 0,50 ponto percentual "nas próximas reuniões". O BC tem adotado um tom de cautela, reduzindo as chances de uma redução maior na Selic, de 0,75 ponto percentual.

Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, destacou que o fato de o Fed sinalizar que vai começar a cortar os juros no ano que vem embalou a alta da B3, que ficou acima de 130 mil pontos pela primeira vez em pouco mais de dois anos. "A decisão do Copom, não ajuda nem atrapalha essa dinâmica da Bolsa, porque o BC deixou claro que não vai acelerar o corte na Selic e vai manter o compromisso de um corte lento nos juros", explicou.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, também atribuiu ao Fed o impulso da B3 ontem. "Com o banco central dos EUA diminuindo as expectativas de juros, os investidores se animam a buscar mais risco", afirmou. Ele reconheceu que ainda é incerto se haverá fôlego para o Ibovespa continuar nesse patamar mais elevado.

"Vamos ver.

O volume de negociação na Bolsa está bem reduzido", disse.

Apesar da expectativa de continuidade de queda nas taxas de juros globais e de alta das commodities, os ativos de risco tiveram dia positivo, "mas com sinais de exaustão", de acordo com Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura. Ele lembrou que, ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou queda nas vendas do varejo, que vieram abaixo das expectativas do mercado. Além disso, a derrubada do veto presidencial na proposta de prorrogação da desoneração da folha de pagamento das empresas também pesou na curva de juros local, com o meio da curva subindo mais de 10 pontos percentuais, segundo ele. "Na contramão da queda global do dólar, e da melhora nos termos de troca, o aumento dos riscos fiscais e as saídas de fim de ano pesaram no real, com o dólar fechando próximo da estabilidade, aos R\$ 4,91", acrescentou.

**Máxima intradiária**

Ao longo do dia, a B3 chegou a ficar acima de 131 mil pontos, registrando a máxima histórica intradiária, de 131.260 pontos, embalada pela perspectiva de que o Fed comece a reduzir os juros no início de 2024. Em Nova York, o Índice Dow Jones encerrou com alta de 0,43%, e a Nasdaq, bolsa das empresas de tecnologia, avançou 0,19%.

As ações da Dexco, empresa do setor de materiais de construção, registraram valorização de 4,79% no dia de ontem e lideraram as altas da B3. Na sequência, PetroRio registrou a segunda maior variação, de 4,54%, conforme os dados da B3.

Já os papéis da Casas Bahia e do Grupo Natura registraram as maiores, baixas, de 5,66% e de 5,22% respectivamente.

"Com o banco central dos EUA diminuindo as expectativas de juros, os investidores se animam a buscar mais risco" Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos

**Varejo em queda**

Depois de a atividade econômica crescer apenas 0,1% no terceiro trimestre do ano, os primeiros indicadores

do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos últimos três meses de 2023 confirmam o processo de desaceleração mais acentuada, o que deverá confirmar as previsões de **PIB** negativo no 4º trimestre, segundo analistas.

Pelas estimativas da MB Associados, o **PIB** deverá encolher 0,4%, entre outubro e dezembro, na comparação com o três meses anteriores.

O volume de vendas do varejo desacelerou em outubro e registrou queda de 0,3%, após crescer 0,5% no mês anterior, na série com ajuste sazonal, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados ontem.

Na quarta-feira, o IBGE havia informado queda de 0,6% no volume de serviços, setor que mais emprega no país e tem peso em torno de 70% no **PIB**.

A queda do varejo ficou abaixo do esperado pelo mercado (alta de 0,4%) e foi registrada em cinco das oito atividades pesquisadas: equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-5,7%); tecidos, vestuário e calçados (-1,9%); hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,8%); combustíveis e lubrificantes (-0,7%); e móveis e eletrodomésticos (-0,1%). Na comparação com o mesmo mês de 2022, o avanço foi de 0,2%, e, no acumulado do ano, a variação foi positiva em 1,6%. O acumulado em 12 meses registra alta de 1,5%.

O economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, alertou para as perspectivas ruins para o fechamento do ano, e para o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que será divulgado na próxima semana. "A estimativa para o IBC-Br do mês é de queda de 0,2%", disse. (RH)

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/15/all.pdf>

# CNI projeta crescimento de 1,7% para próximo ano

**Larissa Garcia**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta crescimento do Produto interno Bruto (**PIB**) de 1,7% para 2024 e de 3% para este ano, segundo relatório anual divulgado na manhã desta quinta-feira. A entidade ressaltou que a atividade vem sendo construída sobre "fatores conjunturais excepcionais" como o expressivo crescimento do **PIB** da agropecuária e a queda dos investimentos produtivos.

A CNI espera que a indústria avance 0,9% em 2024 e 1,5% em 2023. "O consumo das famílias deve crescer 2,6% e o investimento vai recuar 3,5% neste ano. A expectativa é que a taxa de investimento, que é a relação entre a formação bruta de capital fixo e o **PIB**, deve cair para 18,1%, ante 19,3%, em 2022", ressaltou o relatório da entidade.

"Essa queda no investimento vai impedir um melhor desempenho nos próximos anos. Por isso, o Brasil precisa de uma estratégia de médio e longo prazo para sustentar taxas de crescimento iguais ou superiores a 20% do **PIB**", prossegue o documento De acordo com o relatório, o investimento deverá ter "desempenho modesto, mas positivo em 2024". "O melhor desempenho da indústria da construção, aliado às taxas de juros mais baixas, deverá estimular o investimento. A CNI projeta alta de 0,5% da formação bruta de capital fixo em 2024, na comparação com 2023. Como a ampliação da capacidade produtiva crescerá menos do que o **PIB**, a taxa de investimento passará a 17,9%, ante os 18,1% de 2023", pontuou.

Para o mercado de trabalho, a confederação prevê alta de 2,9% na massa salarial em 2024 ante a alta de 6,4%, neste ano. "Isso se deve ao fato que, para 2024, a CNI projeta um crescimento menor do número de pessoas ocupadas. Ocorre que os efeitos da política monetária, de juros altos, serão sentidos de forma negativa no emprego ainda no fim deste ano", avaliou.

A entidade atualizou sua previsão para a **inflação**, que ficou em 3,9% para 2024 e 4,5% para este ano.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/>

# Fed mais brando dispara revisões para Selic

**Gabriel Roca, Victor Rezende e Arthur Cagliari De São Paulo**

Os sinais emitidos pelo Federal Reserve na sua decisão de política monetária na quarta deram força às perspectivas de que os EUA podem ter taxas de juros um pouco mais baixas no ano que vem e, somados ao ambiente de melhora da **inflação** corrente e desaceleração da economia no Brasil, fizeram importantes participantes do mercado local reduzirem suas projeções para a taxa Selic ao fim do ciclo de afrouxamento monetário.

Foi o caso do BNP Paribas, que levou sua projeção de Selic em 2024 de 9,5% para 8,5%. Segundo Gustavo Arruda, chefe de pesquisa econômica para América Latina, e Laiz Carvalho, economista de Brasil do BNP Paribas, o ambiente global mais favorável e a melhora da **inflação** corrente devem permitir que o BC reduza as taxas mais do que as expectativas anteriores.

"Vemos agora que o Copom reduzirá as taxas em um ritmo de 0,5 ponto antes do provável corte final de 0,25 ponto em novembro de 2024, encerrando o ciclo de flexibilização em 8,5%. Há riscos de que as conversas sobre aceleração voltem à mesa, embora o estágio do ciclo possa limitar essa possibilidade, em nossa opinião", afirmam os profissionais do BNP.

A projeção do BNP Paribas está abaixo da expectativa mediana observada no Focus, atualmente em 9,25%. Ontem, a precificação de mercado dos juros ao fim do ciclo chegou a flertar com os 9%, antes de fechar a sessão em níveis semelhantes ao do Focus.

Para além dos debates em tomo do nível final da Selic, alguns participantes do mercado também seguem antevendo uma aceleração no ritmo de cortes no curto prazo. De acordo com o economista da ASA Investments, Leonardo Costa, ainda que o Banco Central tenha reforçado a sinalização de que vai manter o ritmo dos cortes de juros "para as próximas reuniões", a possibilidade de uma aceleração ainda não está descartada, já que as condições podem mudar consideravelmente até a próxima reunião do Copom, que ocorrerá nos dias 30 e 31 de janeiro.

"A gente esperava que o Copom desamarrasse um pouco as mãos neste **comunicado**. Não foi o que aconteceu, mas ainda não jogamos a toalha de que o BC pode começar a acelerar o ritmo de cortes em janeiro. Notamos que a melhora externa e mesmo os dados de **inflação** corrente não foram tão celebrados

assim no **comunicado**. A grande surpresa do dia ontem foi o Fed e até janeiro o BC vai ter mais tempo para apreciar a mudança no cenário externo", afirma.

Ontem, o mercado de opções digitais de Copom passou a apontar uma probabilidade menor de aceleração no ritmo de cortes em janeiro. A chance de um corte de 0,75 ponto caiu de 25% para 14,5%.

Segundo Costa, até a próxima reunião do Copom, novos dados de **inflação** no Brasil e nos EUA serão conhecidos e números de atividade local devem continuar exibindo uma desaceleração da economia. "Por enquanto, nossa Selic segue de 9,5% para o fim do ciclo, mas o risco para a projeção está para baixo. Se o Fed começar a cortar os juros mais cedo, a taxa terminal pode ser menor do que estamos esperando hoje", afirma o economista.

Para o Citi, embora a mensagem delineada no **comunicado** de ontem continue a ser a de manutenção do ritmo de cortes de 0,5 ponto nas próximas reuniões, há uma chance cada vez maior de um aumento no ritmo dos cortes, "uma vez que realmente vejamos evidências suficientes de que o mercado de trabalho nos EUA está desacelerando no primeiro trimestre de 2024, o que facilitaria os cortes de juros por outros bancos centrais".

Caso o Fed siga a precificação de mercado e inicie seu ciclo de afrouxamento monetário em março, existe a possibilidade de o Copom acelerar o ritmo de cortes na Selic no segundo bimestre de 2024, segundo o estrategista para América Latina da Emso Asset Management, Bret Rosen.

"Nos últimos meses, o mercado chegou a precificar uma taxa de juros final muito alta, dado que o juro de equilíbrio trabalhado pelo BC é de 4,5% em termos reais. Supondo que o juro nominal que o mercado precifica está em 9%, ele ainda estaria acima do neutro, mas vale notar que o BC está colocando em suas declarações que precisa manter os juros restritivos para levar a **inflação** à meta", afirma.

Assim, segundo ele, a discussão sobre uma Selic abaixo dos 9% estaria condicionada à **inflação**, de desaceleração na atividade econômica e de uma melhora do cenário fiscal. "Pode fazer sentido uma taxa de juros terminal abaixo de 9%, mas, para isso, seria necessário ver o BC comunicando que talvez acelere o ciclo ou que indique um ciclo mais longo, o que poderia ser possível caso os dados de **inflação**

continuem vindo bem, inclusive a **inflação** de serviços, e caso os dados de atividade mostrem desaceleração adicional. E, obviamente, que a discussão fiscal perca força", diz.

O estrategista-chefe para América Latina do Mizuho, Luciano Rostagno, também relatou ao Valor que revisou para baixo sua estimativa de Selic, de 9,5% para 9%. O BTG Pactual, por sua vez, apontou em relatório que manteve sua projeção de juro terminal em 9,75%, mas que o número tem viés de baixa, "devido aos acontecimentos recentes e às perspectivas do cenário internacional".

"A gente esperava que o Copom desamarrasse um pouco as mãos neste **comunicado**" Leonardo Costa

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187741>

# BCE mantém juros e não dá sinais sobre cortes

**Eduardo Magossi e Gabriel Caldeira De São Paulo**

O Banco Central Europeu (BCE) deixou as taxas de juros inalteradas ontem, em linha com o Banco da Inglaterra (BoE) - que também não mexeu em sua taxa referencial, que está em 5,25%. Porém, diferentemente do Federal Reserve, os comunicados do BCE e do BoE não mudaram o texto que diz que os juros precisarão ficar em território suficientemente restritivo o tempo que for necessário. Os bancos centrais da Europa também não sugeriram possíveis cortes à frente.

Pelo contrário. Na coletiva que se seguiu à decisão sobre os juros, a presidente do BCE, Christine Lagarde, disse que ainda não pode baixar a guarda contra **inflação**. Segundo ela, a **inflação** está muito resiliente e "precisamos de mais dados para entender a resistência da **inflação** doméstica". "Precisamos ver como a **inflação** vai se comportar nos próximos meses e até o momento estamos vendo que ela não está baixando." Segundo ela, esta é uma **inflação** influenciada pelos salários, que desaceleraram, mas continua subindo. Lagarde disse também que nenhum corte de juros foi discutido durante a reunião de política monetária de dezembro. "Vamos continuar sendo dependente de dados. Entre a alta e a queda de juros, há um longo período de manutenção." Com a decisão de ontem, o juro de refinanciamento do BCE ficou estável a 4,50%, a taxa de empréstimos, em 4,75% e a taxa de depósito, em 4%. O banco também informou que vai reduzir seu Programa Emergencial de Compra da Pandemia (PEPP) em 7,5 bilhões por mês no segundo semestre de 2024 para finalmente encerrá-lo no fim do próximo ano.

Lagarde afirmou ainda que as altas dos juros anteriores continuam a ser transmitidas com força para a economia. Condições financeiras apertadas e demanda externa fraca devem continuar pesando sobre o crescimento no curto prazo. Mas no médio deverá haver uma maior recuperação. "E com a queda da **inflação**, a economia deve começar a se recuperar com o aumento da renda das famílias", disse. A expectativa é a de que a economia cresça 0,6% em 2023, 0,8% em 2024 e 1,5% tanto em 2025 como em 2026.

Embora Lagarde tenha afirmado veementemente que ainda não se especula um corte de juros, analistas de

mercado parecem apontar para outra direção. Andrew Kenningham, economista-chefe para Europa da Capital Economics, prevê cinco cortes de 0,25 ponto percentual em 2024, com o primeiro acontecendo em abril. "O BCE deixou os juros inalterados e negou que espera iniciar os cortes nos juros logo. Contudo, acreditamos que a alta da **inflação** e do **PIB** no ano que vem serão menores do que a projeção do banco central." Já o economista-chefe para Europa do Deutsche Bank Research, Mark Wall, o anúncio do fim do PEPP, criado durante a pandemia, reduz os problemas que poderiam se criar por um corte antecipado nos juros em 2024.

"Entre a alta e a queda de juros, há um longo período de manutenção" Christine Lagarde

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187741>

# Bolsa bate recorde depois de otimismo sobre queda de juros

A Bolsa brasileira subiu 1,06% e atingiu sua máxima histórica de 130.842 pontos nesta quinta-feira (14), impulsionada pela expectativa de que os juros americanos devem começar a cair no próximo ano.

Na quarta (13), o Fed (banco central americano) manteve os juros dos EUA inalterados na faixa entre 5,25% e 5,50% e sinalizou que a alta nas taxas do país pode ter chegado ao fim, dando otimismo ao mercado.

Além disso, o Copom (Comitê de Política Monetária), no Brasil, realizou um novo corte de 0,50 ponto percentual na Selic (taxa básica de juros), mantendo o ritmo de afrouxamento monetário das últimas duas reuniões e levando-a a 11,75% ao ano. O último recorde de fechamento diário do Ibovespa havia ocorrido no dia 7 de junho de 2021, quando o índice atingiu os 130.776 pontos.

O Ibovespa também foi favorecido pela subida das commodities nesta quinta, que apoiou a Petrobras e a Vale, as maiores empresas da Bolsa brasileira. As ações da petroleira subiram 2,16%, enquanto a mineradora teve alta de 0,54% e foi o papel mais negociado da sessão.

Os índices de ações americanos também tiveram um dia positivo, embalados justamente pelas expectativas sobre juros.

O S P500, o Dow Jones e o Nasdaq fecharam em alta de 0,26%, 0,43% e 0,19%, respectivamente.

Já o dólar segue caindo, pressionado justamente pela perspectiva de baixa de juros, que tende a fazer com que investidores realoquem recursos para mercados mais arriscados ao di - minuir o retorno da renda fixa americana.

A moeda americana terminou o dia em leve baixa de 0,10%, cotado a R\$ 4,914. Na mínima do dia, o dólar chegou a ser negociado a R\$ 4,87, mas reduziu as perdas no Brasil, em meio ao noticiário ligado a o Congresso Nacional, que está na reta final dos trabalhos em 2023.

Nos EUA, o Fed também divulgou na quarta que seus diretores projetam um corte de 0,75 ponto percentual nas taxas em 2024, dando otimismo a investidores.

Nenhuma autoridade do banco prevê altas de juros no próximo ano.

Em seu **comunicado**, o banco central americano afirmou que indicadores recentes sugerem que o crescimento da atividade econômica dos EUA desacelerou de seu forte ritmo do terceiro trimestre, citando que a elevação dos juros conseguiu moderar o aquecimento do mercado de trabalho e que a **inflação** caiu ao longo do ano, apesar de permanecer elevada.

Em coletiva, Jerome Powell, presidente do Fed, afirmou que a instituição vê que a taxa de juros estava "provavelmente no seu pico". E acrescentou que, embora as autoridades "não considerem apropriado aumentar ainda mais as taxas de juros, também não querem retirar a possibilidade da mesa". (Folhapress)

Presidente do Fed, Jerome Powell: quadro nos EUA animo a Bovespa

Site: <https://opopular.com.br/digital/15-dezembro-2023/1o-caderno>

# Inflação permanece menor para famílias com renda mais baixa

A **inflação** oficial para famílias com renda mais baixa, em novembro deste ano, continuou sendo menor do que para aquelas com renda mais alta, como ocorreu nos cinco meses anteriores, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com o Ipea, em novembro a **inflação** para famílias com renda muito baixa, baixa e média-baixa passou de 0,13% em outubro para 0,20% em novembro. Entre as pessoas com renda média, a **inflação** passou de 0,22% para 0,23%.

Entre aquelas com renda média-alta, a **inflação** manteve-se em 0,23%. Por fim, entre as pessoas com renda alta, a alta de preços passou de 0,55% para 0,58%.

Segundo o Ipea, o principal impacto inflacionário para as classes de renda mais baixas, em novembro, veio do grupo "alimentos e bebidas", com altas de produtos como o arroz (3,7%), feijão-preto (4,2%), batata (8,8%), cebola (26,6%), carnes (1,4%) e aves e ovos (0,53%).

Os gastos com habitação também pressionaram o orçamento das famílias com renda mais baixa, principalmente devido ao aumento de 1,1% nas tarifas de energia elétrica. Para as famílias de renda mais alta, o maior impacto da **inflação** no mês veio da alta de 19,1% nos preços das passagens aéreas e de 0,76% nos planos de saúde.

No acumulado de 12 meses, a **inflação** cresce de acordo com a faixa de renda: muito baixa (3,38%), baixa (3,85%), média baixa (4,40%), média (4,93%), mé-dia-alta (5,24%) e alta (6,09%).

A **inflação** oficial é medida mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Ipea usa os dados do IBGE para fazer a divisão da **inflação** por faixa de renda.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_D E6847B8C4F1B05B31DCF175C5B60174A3229D0FC6C98 DCBA8536B7AE5EFDFCAA2413414155680383F53ED3E9 73390818013F11719ED5A0E25454922A9157C22BD61FC0 33122C476A4D1E4845272D2E00B435C950A1598F614396](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_D E6847B8C4F1B05B31DCF175C5B60174A3229D0FC6C98 DCBA8536B7AE5EFDFCAA2413414155680383F53ED3E9 73390818013F11719ED5A0E25454922A9157C22BD61FC0 33122C476A4D1E4845272D2E00B435C950A1598F614396)

**AFEA1C8377087CF54E091945C6FF932EA760062752DFA**  
**DC4A2624AEBCB2924C6**

## Inflação é menor para baixa renda

Brasília - A **inflação** oficial para famílias com renda mais baixa, em novembro, foi menor do que para aquelas com renda mais alta, como ocorreu nos cinco meses anteriores, segundo dados divulgados ontem pelo Ipea. Para famílias com renda muito baixa, baixa e média-baixa, a **inflação** passou de 0,13% em outubro para 0,20% em novembro. Entre as com renda média, passou de 0,22% para 0,23%. Entre aquelas com renda média-alta, a **inflação** manteve-se em 0,23%. Para os grupos com renda alta, a alta de preços passou de 0,55% para 0,58%.

**Site:** [https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-9d58963592071dbf38a0fa114269959c.pdf](https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-9d58963592071dbf38a0fa114269959c.pdf)

# Brasil deve ter déficit de R\$ 147 bi em 2024

Brasília - Participantes do mercado financeiro pioraram significativamente suas projeções para o déficit primário do governo central neste ano, mostrou um relatório do Ministério da Fazenda, embora tenha havido uma ligeira redução na estimativa de rombo para o ano que vem, que segue, contudo, bem distante do déficit zero fixado como meta pelo governo.

O boletim Prisma de dezembro, publicado ontem, mostra agora expectativa mediana de que o Brasil registre em 2023 resultado primário negativo em R\$ 147,018 bilhões, ante R\$ 113,512 bilhões estimados no relatório de novembro.

Para o ano que vem, no entanto, houve revisão positiva na estimativa, passando o rombo de R\$ 90,00 bilhões, contra R\$ 90,237 bilhões esperados anteriormente. O governo tem como meta o déficit zero em 2024.

No que diz respeito à arrecadação das receitas federais - considerada crucial pelos mercados para que o governo consiga atingir sua meta fiscal -- a visão mediana no Prisma passou a embutir uma projeção de R\$ 2,327 trilhões neste ano, abaixo dos R\$ 2,330 trilhões previstos no boletim anterior.

Por outro lado, para 2024, a expectativa de arrecadação subiu marginalmente a R\$ 2,534 trilhões, de R\$ 2,522 trilhões antes, melhora que vem em meio a esforços da equipe econômica do governo para ampliar as receitas e tentar cumprir o objetivo de déficit zero no ano que vem, apesar de alguma dificuldade na tramitação das pautas econômicas no Congresso.

O mercado reduziu suas projeções para a dívida bruta do governo geral a 75,65% do **PIB** no final deste ano, contra 75,81% no relatório anterior. Para 2024, ainda é esperado uma alta do endividamento para 78,80% do **PIB**.

Houve aumento na expectativa mediana de despesa do governo federal deste ano, a R\$ 2,040 trilhões, contra R\$ 2,020 trilhões anteriormente. Para o período seguinte, no entanto, a projeção caiu a R\$ 2,167 trilhões, frente a R\$ 2,169 trilhões na leitura de novembro.

Para 2023, foi prevista receita líquida (descontados os repasses a estados e municípios) de R\$ 1,904 trilhão, ante R\$ 1,906 trilhão no último Prisma. Já para 2024,

a expectativa caiu a R\$ 2,077 trilhões, de R\$ 2,078 trilhões antes. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

# BOLSA FECHA NA MAIOR PONTUAÇÃO DA HISTÓRIA

## FOLHAPRESS

São Paulo, SP - A Bolsa brasileira subiu 1,06% e atingiu sua máxima histórica de 130.842 pontos nessa quinta-feira (14), segundo dados preliminares, impulsionada pela expectativa de que os juros devem começar a cair no próximo ano.

Na quarta (13), o Fed (banco central americano) manteve os juros dos EUA inalterados na faixa entre 5,25% e 5,50% e sinalizou que a alta nas taxas do país pode ter chegado ao fim, dando otimismo ao mercado.

Além disso, o Copom (Comitê de Política Monetária), no Brasil, realizou um novo corte de 0,50 ponto percentual na Selic (taxa básica de juros), mantendo o ritmo de afrouxamento monetário das últimas duas reuniões e levando-a a 11,75% ao ano.

"O Ibovespa ainda reflete o bom humor do mercado de ontem. O que mais chamou a atenção foi o discurso do presidente do Fed, que deu a entender que os juros atingiram seu pico e citou que o comitê já iniciou discussões sobre corte de juros para as próximas reuniões. Isso pode ajudar o Banco Central do Brasil a acelerar o corte da Selic em 2024", afirma Andre Fernandes, chefe de renda variável e sócio da A7 Capital.

O último recorde de fechamento diário do Ibovespa havia ocorrido no dia 7 de junho de 2021, quando o índice atingiu os 130.776 pontos.

O Ibovespa também foi favorecido pela subida das commodities nesta quinta, que apoia a Petrobras e a Vale, as maiores empresas da Bolsa brasileira. As ações da petroleira subiram 2,16%, enquanto a mineradora teve alta de 0,54% e foi o papel mais negociado da sessão.

"A dúvida neste momento é se o mercado pode continuar subindo", afirmou o analista da Guide Investimentos Mateus Haag, acrescentando que a visão da casa é de que o Ibovespa ainda está barato.

Além disso, afirmou, o fluxo para ações tem sido baixo nos últimos anos, com os investidores pouco alocados de forma geral, o que abre espaço para mais valorização.

Os índices de ações americanos também tiveram um dia positivo, embalados justamente pelas expectativas sobre juros. O S P 500, o Dow Jones e o Nasdaq fecharam em alta de 0,26%, 0,43% e 0,19%, respectivamente.

Já o dólar segue caindo, pressionado justamente pela perspectiva de baixa de juros, que tende a fazer com que investidores realoquem recursos para mercados mais arriscados ao diminuir o retorno da renda fixa americana.

A moeda americana terminou o dia em leve baixa de 0,10%, cotado a R\$ 4,914. Na mínima do dia, o dólar chegou a ser negociado a R\$ 4,87, mas reduziu as perdas no Brasil, em meio ao noticiário ligado ao Congresso Nacional, que está na reta final dos trabalhos em 2023.

Nos EUA, o Fed também divulgou na quarta que seus diretores projetam um corte de 0,75 ponto percentual nas taxas em 2024, dando otimismo a investidores. Nenhuma autoridade do banco prevê altas de juros no próximo ano.

Em seu **comunicado**, o banco central americano afirmou que indicadores recentes sugerem que o crescimento da atividade econômica dos EUA desacelerou de seu forte ritmo do terceiro trimestre, citando que a elevação dos juros conseguiu moderar o aquecimento do mercado de trabalho e que a **inflação** caiu ao longo do ano, apesar de permanecer elevada.

A instituição apontou, ainda, as condições que o faria considerar "algum reforço adicional da política" que possa ser apropriado para levar a **inflação** à meta de 2%. A palavra "algum" foi adicionada ao **comunicado** da autoridade, num sinal visto como mais suave pelo mercado, sugerindo que o banco central pode não ver a necessidade de aumentar as taxas.

# INDÚSTRIA PROJETA PIB DE 3% PARA ESTE ANO

## AGÊNCIA BRASIL

Brasília, DF - A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta uma expansão da economia brasileira de 1,7% em 2024. Para este ano, a entidade espera que o Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país) cresça 3%, o mesmo percentual do ano passado. As previsões estão no Informe Conjuntural: Economia Brasileira 2023-2024 divulgado nessa quinta-feira (14) em Brasília.

"O resultado é positivo, mas o crescimento de 2023 não dá início a um novo ciclo de desenvolvimento", avalia a entidade em nota.

Ainda de acordo com a CNI, isso se deve porque "o **PIB** atual foi construído sobre fatores conjunturais excepcionais, como o expressivo crescimento do **PIB** da agropecuária, e com queda dos investimentos produtivos".

Na indústria de transformação e de construção, a previsão de crescimento para 2024 é mais modesta, com 0,3% e 0,7%, respectivamente. A alta, no entanto, recupera as quedas verificadas em neste ano. A indústria de transformação deve encerrar 2023 com queda de 0,7%. A indústria da construção, por sua vez, deve ter um recuo de 0,6%.

Em 2023, a entidade aponta que o consumo das famílias terá um crescimento de 2,6% e que o investimento vai ter um recuo de 3,5%. A análise da CNI indica, portanto, que a taxa de investimento, que é a relação entre a formação bruta de capital fixo e o **PIB**, caia para 18,1%, ante 19,3%, em 2022.

"Essa queda no investimento vai impedir um melhor desempenho nos próximos anos. Por isso, o Brasil precisa de uma estratégia de médio e longo prazo para sustentar taxas de investimento iguais ou superiores a 20% do **PIB**", propõe o documento da confederação.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, o crescimento sustentado da economia está diretamente ligado ao aumento do investimento.

"E a agenda da economia verde, da sustentabilidade, da pesquisa e inovação, da transformação digital, indica o caminho para que o Brasil atraia indústrias e

desenvolva infraestrutura para fazer a transição para uma economia de baixo carbono. O país está muito bem posicionado para ser protagonista dessa neointustrialização", declarou em nota.